



PUC RIO

ROSA MARIA CARVALHAL SILVA MARANHÃO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER:
PAPÉIS DIVERGENTES E CONFLITOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1984.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

ROSA MARIA CARVALHAL SILVA MARANHÃO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER:
PAPÉIS DIVERGENTES E CONFLITOS

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Monique Rose Aimée Augras

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1984.



150
M311
TESE UC

A Guilherme, Pedro e Joana
com amor.

A Alberto, companheiro de
vida.

MEUS AGRADECIMENTOS

- . A MONIQUE ROSE AIMÉE AUGRAS, orientadora da dissertação pelo apoio e confiança depositados.
- . Ao DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA da PUC/RJ pela colaboração oferecida.
- . As amigas JANE A. RUSSO, VERA LUCIA B. SOUZA e MARIA IGNEZ M. G. FERREIRA pelas discussões e correções feitas ao trabalho.
- . A todas as pessoas que indiretamente participaram do trabalho, suscitando-me questões.
- . A MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS DE AZEVEDO ESTEVÃO que com tanta disponibilidade e paciência executou os trabalhos de datilografia.



R E S U M O

A mulher é transformada, hoje, em objeto de estudo e discussões de vários setores de nossa sociedade. Incidem sobre ela discursos diversificados, apontando modelos, muitas vezes, contraditórios, que demandam papéis antagônicos. Ela vai sendo construída no seio dessas contradições.

O presente estudo objetiva, pois, examinar a mulher nas três esferas de sua vida: como mãe, como esposa e como trabalhadora, por considerar esses papéis fundamentais à construção da identidade feminina, apontando as contradições e os conflitos surgidos. Pretende também analisar o movimento feminista, qual o seu papel na história da mulher, na medida em que ele é potencialmente, um espaço de mudanças, propiciando oportunidade à mulher de falar a sua própria fala.

A B S T R A C T

Nowadays women turn into object of studies and discussions in many fields of our society. A great variety of speeches are produced about women establishing models that many times are contradictory and demand antagonistic functions. The feminine identity has been constructed in the midst of these contradictions.

This study intends to examine the woman in the three different spheres of her life: as mother, as wife and as worker considering these functions fundamental for the construction of the feminine identity and pointing at the contradictions and conflicts that appear. This study also intends to analyse the feminist movement, its function in women's history, considering that it potentially promotes changes that give women a chance to speak their own speech.

S U M Á R I O

Resumo	II
Abstract	III
Sumário	IV
1. INTRODUÇÃO	01
2. A CONSTRUÇÃO DA MULHER	06
2.1 A mulher como mãe no século XIX	11
2.2 A Construção da mãe no Brasil	13
2.3 A mãe no século XX - Sua Construção no Discurso "Psi"	31
2.3.1 A mulher mãe	40
2.4 A mulher como Esposa	54
2.4.1 O casamento	57
2.4.2 O lugar da sexualidade	58
2.4.3 O Lugar do Casamento e da Sexualidade no Brasil nos séculos XIX e XX	61
3. MULHER E TRABALHO	71
4. O PAPEL DO FEMINISMO NA HISTÓRIA DA MULHER	85
4.1 História das Reivindicações Femininas	87
4.2 Movimentos Feministas no Brasil séculos XIX e XX...	97
5. CONCLUSÃO	112
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

1. INTRODUÇÃO

"A mulher tem muita força, de um outro tipo. Mas tudo se faz para deixar a mulher na ignorância de sua própria força..."

(Aparecida Kopcak - Associação de donas de casa da Zona Leste de S. Paulo)

O interesse pelo assunto partiu de duas vertentes principais. Uma delas decorre do fato de ser mulher e como tal viver as contradições encontradas nos diversos papéis que compõem a vida da mulher. Surge daí uma necessidade de ir mais fundo buscando respostas às indagações que se colocam.

O outro motivo decorre da necessidade de pensar a enorme publicidade que se faz hoje em torno da mulher. Ela é transformada em assunto de debate nos diversos meios de comunicação. Há uma profusão de discursos e especialistas falando sobre mulher, sobre seus papéis, seus conflitos, sua libertação. Criam fórmulas para resolver os impasses surgidos, orientam condutas, oferecem conselhos.

O movimento feminista ganha espaço e força, reivindicando direitos iguais, igualdade no mundo do trabalho, criação de creches, legalização do aborto, etc.

Tudo isso se contextualiza num social turbulento, onde as diversas classes se organizam nas suas reivindicações, havendo uma maior participação da coletividade; o clima é tenso em termos econômicos e o desemprego é uma ameaça que paira sobre o trabalhador frente a um mercado de trabalho que, cada vez mais, se afunila. Paralelamente há uma maior liberação da sexualidade em nível de discurso: os corpos são erotizados e, seguindo o modelo estético vigente, têm que ser esbeltos, rijos e saudáveis, o que explica a explosão de academais de ginástica com as mais diversas propostas. A moda se faz mais solta, muito colorida, falando de um estilo de vida mais descompromissado, mais alegre. O espaço do velho fica cada vez mais reduzido e menos importante. O movimento naturalista se instala com grande aceitabilidade por parte dos consumidores. Nesse discurso, o que importa é o "astral" da pessoa, que deve ser positivo. Há um certo incentivo ao "fazer com amor", ao invés de adquirir pronto, bem dentro da ideologia naturalista.

Nesse contexto, a mulher é colocada na pauta do dia. No entanto, cabe pensar se estarão ocorrendo mudanças fundamentais. Esses discursos todos que falam sobre a mulher e a tratam como objeto de estudo, de pesquisa, etc não estariam, na realidade, funcionando como dispositivos de controle sutis, porque dão a impressão de que grandes mudanças estão se operando em sua vida?

Assim, a mulher vai sendo construída em meio a discursos contraditórios que lhe exigem posturas excludentes, antagônicas. Sua imagem é permeada pela duplicidade em todas as esferas de sua vida. Na esfera pública ela é considerada menor, desvalorizada pelo social, se colocando sempre à sombra do homem;

no mundo da casa é a "rainha do lar", responsabilizando-se pelo doméstico que é o seu reino. O papel de mãe ainda faz parte de sua destinação social, e, cada vez mais, parece transformar-se em um papel conflitivo. O discurso "psi", com grande receptividade nos tempos atuais, embora privilegie o desejo no espaço das decisões, aponta a maternidade como uma das vias de realização da feminilidade.) Enfatiza a relação mãe-filho como fundamental à saúde psíquica do indivíduo. Coloca-se assim na mãe, a responsabilidade pelas possibilidades futuras do filho pois se constitui na primeira matriz relacional, através da qual o bebê dá entrada no social. Uma outra característica do discursos "psi" é a sua frouxidão, a sua ambigüidade, o que leva a mãe a nunca saber quando esta errando e quando está acertando com o filho, na medida em que o erro tanto pode estar na falta como no excesso de investimento afetivo. A mãe de antigamente, tinha nesse papel uma certeza. Ela sabia ser "destinada" à maternidade e sabia "como" ser mãe. A mãe atual se encontra fragilizada, sem muita direção. Nesse espaço da fragilização se instala o especialista - de forma definitiva - que doravante irá orientá-la, ensinando-a a ser uma boa mãe.

Ainda no doméstico, o papel de esposa traz implícitas "obrigações", inculcadas desde tenra idade: viver em função do outro, sem desejos próprios. Cuidar para fazer a felicidade dos seus. Estar em estado de disponibilidade para atender às demandas: Ser responsabilizada pelo doméstico, executando tarefas extremamente rotineiras em um tempo sem horas, em um trabalho sem fim. A ideologia da doação que se faz presente na construção da mulher mãe, também se repete na situação de esposa.

A sexualidade feminina é manipulada dentro e fora do casamento. O estabelecimento de regras de conduta deixa pouco espaço ao desejo individual, criando idealizações e conflitos. A sexualidade assim normatizada, não seria, ela própria, transformada em instrumento de controle social?

Modernamente, um outro discurso se constrói sobre a mulher, tendo como fundamento seu trabalho fora do lar. Este é colocado como fator importante para a realização feminina, onde a mulher tem possibilidade de criar um espaço de realização particular, tornando-se mais independente. As construções, os discursos nesta área, envolvem menos afetividade do que nos papéis de mãe e esposa, deixando a mulher mais livre embora hajam expectativas em torno desse papel: espera-se que a mulher se comporte dentro do modelo masculino, negando sua vida doméstica, e as especificidades decorrentes desse fato. Nega-se o feminino e o trabalho, que poderia ser uma atividade prazerosa, transforma-se num espaço de conflitos. Os discursos são articulados de tal forma que maternidade e vida profissional se colocam quase como possibilidades antagônicas. Essas situações conflitivas, certamente, interferem na construção de uma imagem mais integrada da mulher.

Abre-se então o espaço ao feminismo. Qual seria a sua finalidade? Uma resposta às situações de angústia vivenciadas pela mulher frente ao acúmulo de exigências e cobranças que lhe são feitas? Vária dar voz às mulheres? A mulher finalmente falando dela?

O presente estudo pretende, pois, refletir sobre a mulher partindo desses três eixos: mãe, esposa e profissional, por

considerar que esses papéis fazem parte da construção da identidade feminina. Verificar como os vários discursos se articulam, suas contradições e o modelo de mulher que vai sendo construído nesse social, bem como o papel do feminismo nessa história da mulher.

2. A CONSTRUÇÃO DA MULHER

Não se nasce mulher! ... Ela é pois construída num contexto social, a partir de mitos, de valores, de papéis, de destinos a ela "inculcados". E num dado momento, como num passe de mágica, o "cultural" torna-se "natural" e todas essas construções sociais passam a fazer parte da "natureza feminina", justificando a posição e os papéis da mulher na sociedade, criando um modelo de feminilidade, incorporado ao imaginário feminino.

Assim os papéis masculinos e os femininos já estão determinados no social. Segundo BELLOTI (1981) a interpretação do próprio movimento fetal está crivada de expectativas relativas ao sexo e contaminadas, inclusive, pelos valores atribuídos a cada um, como por exemplo: se for um feto irrequieto, ativo, é menino porque essas são características masculinas, ao passo que se for tranquilo, passivo, deve ser uma menina, visto que o modelo feminino espera dela esses comportamentos.

Na medida em que a criança vai se desenvolvendo, os jogos e brinquedos também vão se diferenciando. As meninas brincam de boneca, casinha, manipulando utensílios domésticos, enquanto os meninos brincam com carrinhos, naves-espaciais, armas, quebra-cabeças, construções, etc. O próprio brincar da criança vai preparando cada sexo à sua destinação social: esfera privada, o espaço doméstico e esfera pública o mundo da rua.

A normatização de papéis e relações que permeia o social, é percebida também, no uso do espaço e do corpo. Aos meninos são incentivadas brincadeiras ao ar livre, sem limites, como

trepar em árvores, correr, saltar, pular muro, soltar pipa, exercitando sua musculatura, permitindo o reconhecimento e a conquista do espaço externo ao lar. As meninas brincam mais comedidamente com cordas, bola, usando pouco o espaço e exercendo grande controle sobre sua coordenação, seus movimentos, em última análise, sobre seu corpo. Esse controle que vai sendo treinado desde cedo, posteriormente, será bastante usado para satisfazer a imagem do feminino.

Essa construção sexual é inclusive, reforçada e legitimada por teorias psicológicas. DOLTO (1977), por exemplo, coloca que a partir da fase anal, já existe diferenciação sexual no que diz respeito a brinquedos, onde a menina brinca imitando a mãe em gestos, atos e palavras, e o menino dedica-se a jogos mais agressivos, identificando-se com o pai.

Percebe-se a existência clara de um modelo masculino e feminino acabado:

"... A verdadeira mãe "castradora" é aquela que se opõe, de algum modo, a afirmação exterior corporal do que caracteriza um rapaz (calções com braguilha, cabelos curtos, sobriedade de gosto no vestuário) e, simultaneamente, às manifestações afetivas e lúdicas que caracterizam o comportamento de um rapaz (audácia, força, rudeza afetada, orgulho de seu sexo, vaidade em triunfar em novos empreendimentos intelectuais ou musculares que comportem um certo risco).

(Dolto 1977:89).

No caso da menina

"... a partir da fase oral, no seu primeiro período ativo, faz-se notar

pela menor quantidade de pulsões agressivas em relação às pulsões passivas.

(Dolto 1977:93).

No entanto, a autora coloca que não crê que a menina seja dotada de menor atividade pulsional que os rapazes, porém, manifesta-se, de forma mais passiva, em seu comportamento, esperando mais do que agindo. Os modelos estão claramente expressados e normatizados na afirmação seguinte:

"... No rapaz, há sempre uma fuga para a frente ou uma resistência agressiva, enquanto que na moça, a menos que ela seja neurótica, há uma recusa em avançar, uma resistência passiva".

(Dolto 1977:95).

Percebe-se, através dessas citações, concepções e expectativas acerca do que seja natureza feminina e masculina.

Também na literatura infantil os papéis sexuais e suas simbolizações vão sendo reforçados. Segundo BELLOTI (1981) os meninos das estórias costumam exercer atividades interessantes, imaginativas, explorando o ambiente e, as meninas brincam com bonecas e executam tarefas ligadas à casa. A mãe sempre trabalha em casa ou em atividades que não têm muito reconhecimento social. As figuras femininas, de modo geral, são sempre passivas, incapazes, porém, cheias de virtudes domésticas, e têm como objetivo "conquistar um homem, ser feliz e fazê-lo feliz". BARROSO (1982) traz informações sobre pesquisas realizadas no Brasil, analisando o material didático usado nas escolas os quais retratam discriminações de papéis sexuais. Nos livros didáticos o homem é colocado em posição valorizada como "representante da espécie humana". A

mulher é vista como ser passivo, dependente do homem, tendo o espaço doméstico como sua determinação. As profissões masculinas, além de aparecerem em maior quantidade, são mais ricas e interessantes, envolvendo maior poder do que as profissões femininas, onde uma das ocupações mais frequentes é a de professora primária.

* A educação, portanto, comprometida com esses valores sociais, tem papel importante no reforçamento dos modelos tradicionais, distribuindo os papéis convenientes a cada sexo, reforçando alguns, inibindo outros, fazendo as modelagens necessárias. Assim, através dos brinquedos, dos papéis estipulados, da educação, os dois sexos vão sendo construídos, diferentemente, de modo a satisfazer às expectativas sociais. Essas diferenciações têm "força-de-destino" na manutenção dos papéis sexuais e exercem uma pressão tão grande que, se alguém escapa desse molde, sente-se desajustado, apresentando dificuldades com relação a sua própria identidade sexual. Isto é percebido através de um relato de mulher:

... "Eu sempre fui uma pessoa que nunca temí contradizer, contestar, expor a minha opinião. Sempre fui líder na escola e na empresa isso se repetiu. Talvez por eu ser a mais velha, muito exigida por meus pais. Nunca temí responsabilidades. E nem brigar. E o que tem de ser feito, é feito. Mas o ônus disso é um negócio violentíssimo. Eu me sinto muito só, me sinto diferente e isso é muito desagradável. As vezes eu gostaria de ser um pouco mais mulher dentro do contexto da nossa sociedade"...

(Santos 1982:48).

A existência de um modelo do feminino traz conflitos,

marginalizando os indivíduos que não conseguem satisfazê-lo.

A valorização dos papéis sexuais se faz de forma diversa, sendo que, geralmente, o homem tem uma posição mais privilegiada no social.

Existem várias explicações para essa situação discriminativa. Para ORTNER (1979), ela é decorrente da proximidade da mulher à natureza, enquanto o homem é visto como mais ligado à cultura e, portanto, superior na medida em que cria objetos e utensílios, mais duradouros, "transcendentes", transforma e controla a natureza; constroi" o mundo. A proximidade da mulher com a natureza está ligada principalmente a seu corpo e sua função de fecundação: a mulher reproduz à vida, seres humanos perecíveis. Sua função reprodutora estabelece-lhe restrições, circunscrevendo sua atividade a espaços limitados.

2.1 A MULHER COMO MÃE NO SÉCULO XIX

Um dos papéis reservados à mulher é o da procriação, na medida em que ela é, biologicamente, quem é capaz de conceber. Em cima deste fato, criam-se mitos, exigências, formas e normas de comportamento sancionadas pela sociedade. Assim, constrói-se para a mulher, como fundamental à sua "identidade feminina", o papel de mãe. No entanto, vê-se que as significações do papel de mãe vão variando segundo as épocas, os contextos sociais e políticos em que se dão.

ARIÈS mostra como a estruturação da família, na França, foi se modificando através dos tempos; os sentimentos aí existentes também acompanharam essas modificações. Somente a partir do século XIV é que a criança vai, aos poucos, ganhando importância no contexto familiar, começando a se diferenciar dos adultos. Vai sendo criado um "sentimento de infância". Até então, os laços familiares eram frouxos e a convivência familiar dava-se em um período relativamente pequeno de tempo, em uma casa que não abrigava só as pessoas da família mas, também, as relações sociais; não havia pois um ambiente de intimidade. Entre os 6 e 7 anos, a criança era separada de sua mãe ou ama, começando a participar da sociedade adulta. Ia para casas alheias aprender os ofícios, sendo esse período considerado um estágio, uma passagem, um aprendizado que iria ser modificado com o tempo, na medida em que, mais tarde, cada um se tornaria, por sua vez, um mestre.

Embora começasse a haver preocupações com a criança, a sua morte ainda era considerada um fato natural, talvez porque o índice de mortalidade infantil fosse muito elevado. E palavras

como as de MONTAIGNE

*"Perdi dois ou três filhos pequenos,
não sem tristeza, mas sem desespero"
(Montaigne in Ariès 1981:57).*

parecem retratar os sentimentos da época.

A educação da criança, sua saúde e moral começaram a ser objetos de interesse e preocupação, principalmente por parte da literatura pedagógica:

*"É tão importante cuidar das crianças
que devemos preferir esta obrigação
a todas as outras quando a obediên-
cia não-la impõe e, mais ainda, até
mesmo às nossas satisfações particu-
lares, mesmo quando elas se referem
a coisas espirituais".
(Jacqueline Pascal in Ariès 1981:141).*

No que diz respeito ao papel da mulher, segundo ARIÉS, até o século X os bens do casal não estavam fundidos. Marido e mulher, cada um geria separadamente seus bens com plenos poderes. Para manter o patrimônio surgiu a necessidade da indivisão, que foi progredindo pelos séculos XI e XII. Paralelamente, com a indivisão, o pai teve sua autoridade aumentada e a figura da mulher começa a entrar em declínio a partir do século XIV:

*"Ela perde o direito de substituir o
marido ausente ou louco... Finalmen-
te, no século XVI, a mulher casada
torna-se uma incapaz, e todos os atos
que faz sem ser autorizada pelo mari-
do ou pela justiça tornam-se radical-
mente nulos. Esta evolução reforça os
poderes do marido, que acaba por es-
tabelecer uma espécie de monarquia
doméstica".*

(M. Pelot in Ariès 1981:214).

A situação da mulher, nessa época, era de não autonomia

e de dependência. No entanto, com as mudanças que foram ocorrendo na família, a nível de sua estruturação e de sentimentos, da privatização de suas relações, a figura da mulher vai ressurgindo como mãe. A criança passa a ter um papel central na vida da família, constituindo-se na alegria, nas "delícias" da mãe. Começam a aparecer livros que versam sobre a arte de cuidar de crianças, guias e dicionários de higiene. Dentro desse novo projeto educativo do século XVIII, visando o desenvolvimento pleno, físico, emocional e moral das crianças, tornava-se necessário desmontar a infraestrutura dos serviços ou colocá-los sob vigilância. A mãe foi então escolhida para desincumbir-se dessa tarefa. Há assim a promoção da mulher-mãe, que passa a coordenar os bens e serviços da casa, principalmente os ligados à educação dos filhos.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA MÃE NO BRASIL

No Brasil, a estruturação da família também se deu de formas diferentes segundo as épocas. É importante especificar que serão examinadas as mudanças que ocorreram nas famílias patriarcais e burguesas, desde a época colonial até hoje.

No Brasil-colônia, por exemplo, a família caracterizou-se pela falta de intimidade, de privacidade entre seus membros. Conviviam na casa-grande senhores e escravos, estes responsabilizando-se, por vezes, de tarefas íntimas, consideradas de importância emocional, como a amamentação dos recém-nascidos. Esta aparente igualdade entre as pessoas e difusão do sentimento familiar entre seus membros tinha uma finalidade política importante.

"Ela ocultava em parte a exploração econômica e os preconceitos de casta"

e raça que os separava da massa de agregados ou subordinados. A pobreza da casa e a rudeza dos costumes aproximavam na aparência os que na existência social estavam inapelavelmente distanciados".

(Costa 1979:92).

A casa-grande mais a senzala formavam um todo em torno do qual girava a vida econômica, política e social. O pai, o patriarca, centralizava tudo em suas mãos; era o dono. Dono de homens, de mulheres, das terras, das riquezas, dos destinos ... Não havia aí espaço para a individualidade. As relações familiares eram mais diluídas, na medida em que haviam sempre muitas pessoas envolvidas, inclusive fora da família. O tamanho e a arquitetura da casa-grande favoreciam o distanciamento das relações. A palavra era sempre do "senhor". Ele era a lei que orientava desejos, expectativas e condutas da família.

Nesse quadro, o papel da mulher, como na maioria das culturas, era de dependência e subordinação ao marido. Casavam-se aos 12, 13 ou 14 anos e, embora, bonitas quando mocinhas, envelheciam precocemente. Segundo FREYRE (1963), as mulheres tornavam-se matronas aos 18 anos. Movimentavam-se sem agilidade, perdendo a sua vivacidade. Eram gordas, caseiras e descoloridas. Embora sua vestimenta fosse sempre muito rica e cuidadosa nas festas, em casa eram descuidadas e se vestiam mal. Eram, via de regra, ignorantes e, segundo Goldenweiser (Freyre 1981), a mulher deveria limitar-se às tarefas domésticas, "quando muito estender-se a expressões graciosamente artísticas", pois raciocínio abstrato, criatividade, não são requisitos da mulher normal "perfeitamente feminina"... Percebe-se nessas opiniões fundamentos para mitos como o da mulher bela e burra.

A mulher tinha como função básica a procriação. A tarefa da criação e amamentação dos filhos era dividida com as escravas. Não se nota, nessa época, comportamentos ou preocupações específicas da mãe para com os filhos. Engravidar, amamentar, eram considerados acontecimentos naturais, biológicos. O filho era mais um elemento sob o poder paterno. As relações não eram afetivas como o são hoje. Ao filho homem primogênito, cabia a herança da propriedade e as mulheres eram excluídas do quadro de poder e discussões familiares.

Em alguns engenhos porém, na época patriarcal, haviam mulheres enérgicas, que administravam as fazendas, davam ordens, tratavam com escravos, fiscalizavam serviços na cozinha, no pomar, na tecelagem, etc. Essas mulheres mostravam que a fragilidade, a "franzinisse" era muito mais decorrente de uma "compreensão social da mulher" do que decorrente do sexo. Mas, para SAFFIOTI, mesmo essas mulheres, com considerável poder de mando, tinham a sua autoridade, nitidamente, distinta do domínio do patriarca. Para ela havia um ponto comum entre essas duas formas de ser da mulher, ociosa ou ativa:

"era a aceitação por parte do elemento feminino da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral".
(Saffioti 1979:172).

Dessa forma, a mulher-mãe, pela sua própria submissão ao homem, e desvinculação consigo mesma, não contribuía em nada para modificar essa situação de jugo a que estava submetida. Essa submissão, obrigava-a a ir para a cama com o marido "toda santa noite" que ele estivesse disposto a procriar, nunca sendo

considerados seus sentimentos ou sua disposição. Parece clara a ligação entre sexo e procriação, ligação essa que hoje começa a ser desfeita deixando uma margem de liberdade maior à mulher.

A mulher colonial, era, portanto, a "boneca de carne" do marido possuindo um status inferior; era considerada pelo direito civil vigente como "menor perpétuo" sob a lei, situação esta que só veio a ser mudada com a promulgação do Código Civil em 1916. Embora desvalorizada no plano social, no plano econômico ela era a figura fundamental, na medida em que gerenciava a casa, zelando pelo patrimônio doméstico do marido, providenciando o fornecimento e a manutenção de bens e serviços e multiplicando suas riquezas, passivamente, perpetuando assim a opressão.

Tem-se notícias, entretanto, de crueldades cometidas contra as escravas por algumas "sinhãs-donas", por motivo de ciúmes do marido ou até mesmo como uma forma de reverter a sua situação de oprimida ... O isolamento em que viviam e

"... sua submissão muçulmana diante dos maridos a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de "senhor", talvez constituísse estímulos poderosos ao sadismo das sinhãs, descarregado sobre as mucamas e as molecas em rompantes histéricos..."

(Freyre 1963:381).

Com a vinda da corte, na primeira metade do século XIX, a família colonial saiu de seu isolamento, aristocratizando-se. Iniciava-se um processo de individualização ou diferenciação entre seus membros, em função de maior convívio social e das influen-

cias recebidas. O patriarca vai aos poucos, perdendo o poder de que estava investido.

Surge nessa época a figura do médico que, aproveitando esse momento de mudança na estrutura da família, faz aliança com a mulher, dando-lhe espaço para se desafogar da opressão patriarcal ou clerical. Propõe-se a ajudá-la na criação de um novo espaço que se lhe vislumbra. Na organização dessa nova modalidade de vida, a mulher passa então a ser peça importante:

"Da habilidade feminina dependia o sucesso de um salão ou de uma recepção. Da maneira como as mulheres se comportavam, recebiam, hospedavam ou se insinuavam junto a personagens prestigiados dependia, às vezes, o bom encaminhamento da carreira política e econômica do homem".

(Costa 1979:108).

Embora a mulher se deixasse usar, em troca, reivindicava atenções e cuidados nunca antes obtidos. Surgiram mudanças em seus hábitos e vestimentos, adequando-os à sua nova função social, "europeizando seu corpo, seus vestidos e seus modos", (Costa 1979). Foi se adaptando a uma nova forma de sociabilidade que exigia bailes, recepções, teatros, eventos frequentados por pessoas selecionadas e não, pelo coletivo, como nas festas populares da fase colonial. Paralelamente, as relações com os escravos transformavam-se aos poucos eram excluídos dos serviços domésticos, exclusão essa considerada de "bom-tom" e de "costumes civilizados" principalmente nos tempos pós-joaninos. Para os higienistas os escravos eram os causadores e perpetuadores de "hábitos incultos e maneiras rudes nas senhoras", além de transmissores de doenças, daí a necessidade de afastá-los. Contri-

buíram para esse afastamento, ideologias liberais contrárias à escravidão.

As moradias foram também modificadas. Até então, eram construídas de forma a ocultar a mulher de estranhos, de proteger contra excesso de luminosidade ou sol direto sendo habitações úmidas e oferecendo poucas condições de higiene. Eram "quase uma prisão". Essas mudanças aconteceram, sempre, sob a orientação dos médicos higienistas que colocavam-nas como necessárias, em nome da saúde ou de status, como condição de pertinência à aristocracia e à burguesia nascente na metrópole.

Embora essas mudanças fossem orientadas no sentido de uma maior preocupação com seu corpo, modos, vestimentas, relações, elas produziram mulheres coquetes, "relapsas e irresponsáveis". Elas se esqueciam de "deveres fundamentais" como cuidado com a saúde sua e dos seus filhos porque ficavam muito presas à moda européia, que nem sempre era a mais adequada para o nosso clima e poderia prejudicar o "bom desenvolvimento físico e moral" dos filhos. Esse discurso que criticava a moda pretendia criar um modelo de indivíduo mais austero, dentro do modelo burguês que deveria exercer controle sobre si mesmo, controle esse que passava pelos seus instintos até seu vestuário.

Percebe-se que, paralelamente, a essas mudanças que vão ocorrendo no seio familiar, vai sendo criado um sentimento de intimidade na família, uma nova forma de relação pais-filhos.

A figura da mãe é dado o encargo de manter essa situação, esse novo amor, mesmo que em detrimento de si mesma. PRA DO (1979) em uma pesquisa feita na França, com mulheres, abor

dando a questão do "ser esposa", coloca em outras palavras esse mesmo sentimento de que a obrigação da mulher, a sua finalidade primeira de ser é proporcionar felicidade aos seus, ou seja, sempre em função de outros ou para outros e nunca para si. Assim vai sendo construída a sua identidade de mãe, que não é diferente da identidade de mulher: sob o signo da doação da submissão, do destino. Ela não é mãe porque assim o deseja, mas, "a priori" porque tem obrigação de o ser. Faz parte da sua "natureza". Outros já o determinaram... Assim, a mulher vive um espaço de contradição: ao mesmo tempo em que é incentivada a sair da casa colonial, abrir-se a novas formas de socialização, coloca-se lhe, paralelamente, um "curto freio", controlando essa saída para o social, como uma maneira de preservar a intimidade familiar que estava sendo construída.

Os higienistas vão pois orientá-la quanto a sua postura, forma de vestir-se, forma de ser, desejos ... Essa vigilância é exercida através de críticas feitas às suas atitudes. Tornam-se mais acirradas quando a mulher está grávida e, através de espartilhos, coletes e almofadinhas procura tornar sua figura mais elegante, necessidade esta despertada pelos próprios higienistas:

"entram nas salas das sociedades, brilhantes, acobertando com estas ostentações vaidosas o seu estado, aliás tão sublime e digno: donde resultam essas compressões que acarretam os seios e os ventres aumentados de volume em tal tempo; ingurgitamento de seios, dispnéias, perturbações da circulação, susceptibilidade nervosa maior, incômodos mais fortes do estômago, simpatias em maior escala desafiadas, circulação fetal embarraçada e outras moléstias que pesam sobre os prejuízos da humanidade"

(Portugal A.N. *Couveia in Costa 1979*
:135).

Vê-se que, embora, de forma um pouco ingênua e rude — diríamos hoje — começam a ser colocadas na mulher-mãe responsabilidades enormes para com sua "progenitura", que no presente caso passam pela forma de vestir-se como "causadora de possíveis problemas para a humanidade". Veremos, mais adiante, que essa responsabilidade da mãe, hoje, é mais sutil, usando de argumentos "Psi", que vão provocar "danos emocionais" e não mais físicos, como pretendia o Dr. Portugal acima citado.

Outra crítica se fazia ao comportamento da mãe que não queria amamentar e deixava essa tarefa aos cuidados de escravas alugadas como "amas-de-leite" que, segundo a visão da época, eram separadas de seus filhos para serem alugadas por melhor preço. Essa separação, feita contra a vontade das escravas, provocava nelas sentimentos de profunda depressão, que levavam-nas a cuidarem mal do bebê. As críticas tinham o seguinte teor:

"... E isso (lamentação pelas escravas) somente pelo desleixo daquela que de mãe só tem o nome, daquela que não duvida sacrificar seu filho para gozar de todos os prazeres, para livremente poder assistir a espetáculos, bailes, etc, que não duvida passar noites inteiras entregue a danças, ao canto e a mil outros passatempos, mas que não pode velar, uma só hora junto daquele que vem dar-lhe o sagrado título de mãe, que vem afirmar o amor do esposo e que faz enfim as delícias de uma verdadeira mãe".
(Meirelles, Z.J. da Silva *in Costa 1979:136*).

FREYRE (1963) tem uma outra explicação para a amamentação mercenária, como decorrente da incapacidade da mulher que em

se casando muito cedo e tendo um filho atrás do outro era logo transformada em "molambo" vindo, frequentemente, a falecer ainda nova. Houve assim "impossibilidade física das mães de atenderem a esse primeiro dever da maternidade".

De novo, sobre uma função biológica que é o fato de amamentar, cria-se outra regra sobre a natureza da mulher: a obrigatoriedade da amamentação, o "primeiro dever da maternidade". O não amamentar era considerado uma transgressão à natureza feminina, era um

"romper com cânones naturais. Em primeiro lugar, porque se conduzia de modo contrário a todas as fêmeas da classe dos mamíferos; em segundo lugar porque contrariava a sua devoção "natural", a de ser mãe...
(Costa 1979:256).

Assim, são forçadas comparações biológicas que provocam impacto e que parecem ter como finalidade levar a mulher a sentir-se culpada, na medida em que a maternidade é algo tão sublime e ela não corresponde, vai contra a "classe dos mamíferos"... Todas essas construções e essas visões biologizantes passadas, largamente, através da literatura, parecem provocar na mulher sentimentos de menos valia, de incompetência como mãe. Afinal, ser mãe é um atributo "natural".

Ainda nessa questão da amamentação se fala de uma relação, mas de uma relação estranha, que não é "bi-pessoal", na medida em que se consideram os sentimentos ou necessidades de apenas um dos parceiros. Novamente, a mulher não é considerada como tendo desejos, sentimentos, suas próprias necessidades

menos ainda opções. Tudo que lhe aparece é sob a forma de determinação, quase sempre, em nome ou por conta de uma natureza feminina. Procura-se ver a questão pelo lado fisiológico da amamentação como alimento, não sendo considerada a relação mãe-bebê estabelecida nesse ato, embora essa relação esteja implícita nas afirmações acima citadas.

Usando esse tipo de críticas e argumentos sobre a ne-cessidade da amamentação, da presença da mãe, de uma nova postu-ra, de sua responsabilidade na criação do filho saudável, vai sendo redefinido o papel de mãe. Conseqüentemente, vão ocorrer mudanças nas relações pais-filhos. A família vai se fechando de novo, mas de modo diferente da época colonial. Começa a tomar as formas do que vem a se constituir na família nuclear atual, com a redução de laços extra-familiares e a aproximação entre seus mem-bros, onde o médico de família tem um poder bastante grande como orientador no que diz respeito ao que é saudável e ao que é no-civo, estipulando as regras.

Começa uma preocupação com o psiquismo, a saúde do filho, sua educação, seu vestuário como fatores importantes na "produção" de um adulto "sadio". Em nome dessa saúde, os casa-mentos por interesses econômicos foram duramente criticados, na medida em que ou pela diferença de idades ou pelos laços con-sangüíneos poderiam gerar uma prole não saudável; também, nesse tipo de "contrato", não havia nenhuma necessidade de vínculos a-fetivos, vínculos esses importantes dentro do modelo de família que se pretendia construir.

As condutas dos indivíduos passaram a ter explicações psicológicas, justificadas quase sempre na sua infância, daí a

infância constituir-se em motivo de cuidados dos higienistas. Houve, principalmente a partir de 1834, uma grande propagação de colégios internos como um meio de afastar a criança da família, protegendo-a de sua perniciosidade, com o objetivo de ensiná-la a ser um adulto, do ponto de vista moral, físico e intelectual. No colégio interno, os indivíduos eram então "criados" dentro dos parâmetros estabelecidos pelos higienistas e, paralelamente, a família ia sendo trabalhada e transformada para abarcar esse novo modelo de indivíduo. No fim do século XIX os higienistas estavam satisfeitos com seu trabalho sobre a família. Segundo Costa

"Na colônia, a família temia o mundo, mas sentia-se a vontade no interior da casa. Em sua fase higiênica, já não podia dispor dessa tranquilidade. Tudo em seu interior era fonte de corrupção física e moral: a insalubridade, os escravos, o vestuário, etc".

(Costa 1979:139).

O mundo lá fora também era cheio de vícios a se resguardar. Essa situação leva a família a reduzir, cada vez mais, seus laços, a "intimizar" suas relações, aproximar seus membros, construindo a família nuclear, menos onipotente nas suas relações com o mundo, mais seletiva, atenta à higiene em sentido amplo. Nessa proposta da família higiênica havia uma divisão de responsabilidade: ao pai caberia a responsabilidade material, de sustento; à mãe, a responsabilidade da educação da criança, não sendo mais apenas a guardiã dos bens do marido. Os casamentos agora deveriam se fazer através de escolhas livres e cuidadosas no que diz respeito às condições físicas e morais, havendo como

preocupação básica a saúde da prole.

Ser pai e mãe era uma finalidade de vida "inscrita na natureza sentimental de cada um". Identificava-se masculinidade com paternidade e feminilidade com maternidade, na medida em que a natureza física e emocional do homem impelia-o a ser pai e a mulher, desde sua infância,

"Começa a manifestar os doces sentimentos que a devem sucessivamente tornar amante, esposa e mãe... Mais fraca a todos os respeito (que o homem) é a mais própria a prodigalizar à família os cuidados que ela reclama de sua ternura e de seu afeto..."
(Barros J.J.F. Nonteiro in Costa 1979 :239).

Em cima de todas essas "construções" de papéis e de naturezas formavam-se as relações na família, relações essas de amor e de preocupação, onde a educação dos filhos não era mais considerada como obrigação mas como "um ato espontâneo de amor".

O pai "higiênico" não tem mais o poder do pai colonial; deve responsabilizar-se por sua prole, mas sem exercer seu despotismo sobre mulheres, filhos e empregados. No entanto, como uma forma de compensação por suas "perdas" foi-lhe oferecido o "machismo", modelo este criado sob os seguintes pressupostos:

— a "natureza" do homem: menos amoroso, afetivo e sentimental, mais inteligente, mais forte e mais racional, etc.

— ênfase no cuidado com o corpo e o sexo, como garantia de uma prole saudável.

— através do compromisso de posse da mulher que passou de propriedade "jurídico-religiosa" para propriedade "higiênico-

amorosa". (Costa 1979).

O machista era uma figura útil aos propósitos dos higienistas, na medida em que tornava o homem fiscal dos filhos e de sua mulher; além disso, fortalecia comportamentos que passavam a ser tidos como fazendo parte da natureza humana e não historicamente determinados, como por exemplo, os atributos masculinos e femininos. Outra consequência do machismo, segundo COSTA (1979), era levar o homem a ser um conformista, aceitando diversos tipos de exploração, só reagindo quando percebia sua propriedade — a mulher — ameaçada, embora abordasse as mulheres de outros homens. Na educação da criança, o machismo também tinha uma função: transmitir valores como preocupação com o corpo, com a saúde, com a sexualidade, considerando as diferenças nas quais se assentam as bases de preconceitos de classe e de raça.

Com o machismo, a mulher passa a ser a única propriedade do homem. Fica assim assegurada a posse da mulher

"como instrumento específico de produção de uma descendência. Essa propriedade é importante a fim de que nenhum outro homem venha se servir de seu próprio bem de produção ou lhe contestar os filhos".

(Prado 1979:18).

Cria-se, portanto, a categoria "mulher de família" que significa mulher fiel ao marido em contraposição à "mulher adúltera" ou mulher que cedia aos avanços de outro homem, sendo por isso, considerada uma "sub-mulher" na escala em que a "mulher-mãe", que vivia para o marido e filhos, ocupava o topo. Colocada assim, no pedestal, na figura da mãe, a mulher destinava sua vida a essa função, talvez porque este fosse o único espaço onde

recebia alguma valorização do social.

Em nome desse papel de mãe fazem-se muitos usos como no caso da amamentação.

Na época dos higienistas haviam justificativas concretas para essa ênfase à amamentação, principalmente em cima do índice de mortalidade infantil. Entretanto, "criar" essa obrigação de amamentar satisfazia também a outros objetivos como o controle do tempo livre da mulher. Com a maior escolarização da criança, diminuição dos afazeres domésticos através do desenvolvimento dos serviços diminuição de obrigações religiosas, sobrava um maior tempo livre à mulher, que deveria ser controlado para impedir "passatempos nefastos". A amamentação prescrita pelos médicos ia até por volta dos 18 meses, parecendo satisfazer o objetivo de preencher o tempo livre da mulher.

A amamentação tinha também outras finalidades, como impedir a concorrência da mulher com o homem, prendendo-a em casa. Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a mulher já não era mais a mulher colonial; era cuidadosa com seu corpo, com suas vestes; procurava instruir-se, lia mais, encontrando, nessas leituras, opiniões favoráveis à libertação feminina. Tinha consciência do seu papel na "promoção social" do marido e reivindicava para si maiores poderes sociais.

Havia então necessidade de conter os "desejos" de emancipação intelectual ou profissional que, porventura, a mulher possuísse. Era um jogo: para manter a figura do "machista", sua ascendência e seu poder, era preciso manter a figura de "inferioridade" da mulher. Era preciso, pois, mantê-la dependenté. Por

outro lado, era diplomático fazê-lo reforçando uma função para a qual só a mulher era competente. Logo, reforçar a nobre função de amamentar era o caminho correto, mostrando-se a incapacidade do homem para tal ato tão fundamental à sobrevivência do filho:

"A tática oportuna consistia em mostrar primeiramente aquilo de que ela e só ela era capaz. Depois provar que, justamente por cumprir funções sociais para as quais o homem é que era "incompetente" e "inferior", convencê-la a abandonar a este último as "mesquinhas ocupações profissionais e intelectuais".

(Costa 1979:261).

Além disso, acreditava-se que via amamentação criava-se na mulher a responsabilidade pela unidade da família, através da crença de que o aleitamento materno "estreitava" as relações familiares.

Enfatizando a amamentação também se pretendia um controle da sexualidade feminina, através da limitação do ato sexual na gravidez — porque podia causar danos ao feto ou porque era um contato "impuro" — e na amamentação, pelo perigo de uma nova gravidez que seria "incompatível com um bom aleitamento".

Assim, esse controle da sexualidade cria novas contradições à mulher: ao mesmo tempo que se lhe mostra a sexualidade, ligada ao amor e ao casamento, limita-se a sua possibilidade de concretização não lhe oferecendo condições de usufruir dela. Usa-se de novo a amamentação e o papel de mãe para resolver tal impasse, enfatizando a sexualização da relação mãe-filho e substituindo o orgasmo genital pelo "orgasmo da amamentação" como ga-

rantia da "vida da infância".

*"... A mãe que cria sente correr com delícia o leite através dos canais que o devem levar à boca de seu filho; como no ato da reprodução ela tem muitas vezes eretismo, voluptuosidade: basta somente que ele lhe estenda os tenros bracinhos para que seus seios se engurgitem e que o leite seja ejaculado com força".
(Meirelles, Z.J. da Silva in Costa 1979:264).*

Um outro uso da amamentação era feito através de estórias sobre crianças que morriam após terem sido amamentadas, quando a mãe estava sob forte emoção qualquer que fosse o motivo. Aconselhava-se a ela que nunca amamentasse o filho sob tais condições, criando na mulher um sentimento de responsabilidade por esse tipo de evento.

Também o não amamentar constituía-se em um "crime" contra o dever materno; as "punições" eram veiculadas sob a forma de possibilidade de contração de "doenças sérias", perda de sua "formosura", etc, caso não cumprisse o que a "natureza" determinava, abandonando os cuidados e a amamentação do filho às mãos de outras mulheres para participar dos prazeres mundanos. O amamentar e o não amamentar estavam normatizados dentro do modelo higiênico e sua transgressão implicava em culpas ou "doenças" físicas ou morais...

Nesse contexto, a prostituta foi grandemente atacada, pois sua conduta era oposta à da mãe higiênica: não exercia controle sobre sua sexualidade; trazia consigo perversões, coquetarias, luxos. Não exercia sua maternidade, oferecendo maus exem-

plos às outras mulheres, vivendo o lado mundano da vida, considerado inadequado pela higiene ao bom cumprimento do papel de mãe. A prostituta vivia no mundo, tão combatido pelos higienistas.

Em uma tese de 1847, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Agostinho José C. Figueiredo (Costa 1979) atribuía a loucura ao tipo de costumes, à educação, ao mundanismo. Dizia que a maior incidência de alienação entre as francesas devia-se, provavelmente, à forma como ela era educada, tendo gosto pelas artes, por leituras, músicas, espetáculos, que despertavam nelas desejos, e idéias para as quais "não estavam preparadas". O mesmo não acontecia com as mulheres inglesas que tinham uma "educação mais forte", dedicavam-se mais a seus afazeres e levavam uma vida mais "recolhida".

O mundanismo transformava-se, pois, em fonte de nervosismo e outras "possíveis" doenças.

No entanto, esse nervosismo feminino foi muito manobrado pelos higienistas segundo seus objetivos. Na mulher casada, era o seu "excesso social" o causador do nervosismo. A solução ou "cura" estava portanto na sua "retirada do mundo", o que viria garantir a amamentação e o cumprimento do papel de mãe. Na mulher solteira, a causa do nervosismo tinha no fator sexual, sua explicação, orientando-se os pais a cuidarém para que a filha encontrasse

*"um marido, um apoio, e a esperança
tão lisonjeira para uma mulher verda-
deiramente virtuosa, de poder, em bre-
ve, ser mãe".
(Vianna, Antonio F. in Costa 1979:270)*

Reforçava assim o casamento, garantindo a existência da família. O discurso higienista do século passado foi todo conduzido no sentido de construir, dentro da família, um modelo de mãe: virtuosa, dedicada, que se anula em função dos filhos e marido.

Para conseguir tal intento foram criados vários dispositivos de controle sobre o comportamento da mulher, através de uma "natureza feminina", das obrigações impostas, do sentimento de culpa.

No final do século XIX, os objetivos dos higienistas foram conquistados: a família estava remodelada e dentro dela era construída a figura da mãe higiênica: com suas preocupações voltadas para a prole e para o marido. A identidade da mulher, basicamente, passava pelo seu papel de mãe. Construía-se em favor e para o outro.

2.3 A MÃE NO SÉCULO XX - SUA CONSTRUÇÃO NO DISCURSO "PSI"

No século XIX houve toda uma preocupação em construir um modelo de mãe dentro dos ideais higiênicos, voltada para a segurança e o bem estar da prole.

No século XX, primeira metade, aparecem reivindicações de direitos à mulher, como o do voto, por exemplo, e uma maior participação na sociedade. O papel de mãe é considerado inerente ao ser mulher.

A segunda metade do século XX apresenta um discurso mais "libertador" no que diz respeito aos papéis da mulher, colocando a maternidade como opção, desvinculando reprodução de sexualidade.

Em nível de literatura, o papel da mãe não é mais colocado como a única possibilidade de realização da mulher, abrindo-se-lhe novos caminhos além da maternidade. A tendência, inclusive, dentro da literatura feminista consultada, parece ser a de quase negar a maternidade, procurando, através dessa negação, justificar a reivindicação de igualdade sexual. Esse discurso, no entanto, não reforça o papel de mãe, na realidade é encobridor na medida em que esse papel continua sendo um dos pilares mais pregnantes na construção da identidade feminina, tal qual no século XIX, onde, ser mãe era considerado como fato natural e inquestionável, fazendo parte do destino da mulher.

Hoje é colocado de uma forma mais sutil, como opcional, devendo fazer parte do desejo da mulher e só se justificando a partir desse desejo. E o profissional responsável por esse dis-

curso não é mais o médico higienista e sim o profissional "psi": psiquiatra, psicanalista, psicólogo e outros profissionais que trabalham tendo como referencial teórico "esses saberes".

Os profissionais "psi" têm um espaço garantido junto à família nuclear moderna, ávida de conhecimentos. Esse espaço foi conquistado e garantido, primeiramente, pelo médico, que estabeleceu as novas formas de relação, criando uma sociedade medicalizada, asséptica, preocupada com a saúde, dosando carinho e estabelecendo regras, tempos, papéis e modos de relacionamento bem definidos, bastante rígidos e normatizados. Havia a construção de modelos claros de educação dos filhos. A família passou então a depender do médico para se manter dentro dos padrões preconizados pela higiene. Atualmente ela continua a ser tutelada, agora, por "agentes-educativo-terapêuticos" (Costa 1979), geralmente profissionais "psi" que apresentam um discurso diferente do discurso médico, caracterizado por ser mais frouxo, mais "flutuante", menos afirmativo, substituindo a coerção pela educação e controle das relações, embora não ofereça modelos de como essa educação deva efetuar-se. No discurso "psi", os pais têm importância central no desenvolvimento dos filhos; há um respeito grande às individualidades. A educação se faz de forma mais permissiva, procurando orientar os impulsos ao invés de reprimi-los, objetivando, com isso, evitar traumas. As relações se dão mediadas e explicadas pelo inconsciente.

Segundo DONZELOT (1980) a técnica "psi" culpa as relações estabelecidas na família e as imagens inconscientes de seus membros, discutindo-se pois essas relações, não culpando diretamente alguém ou algum comportamento, o que facilita sua aceitação,

principalmente na classe média.

Assim, o profissional "psi" trabalha com as representações, as imagens fornecidas pelos clientes; com o desejo

"... que aparece, assim como o domínio legítimo de intervenção, pelo menos tanto quanto de liberação".
(Donzelot 1980:175).

Essa intervenção se faz sempre em nível de ajuda, a partir de demandas do sujeito, para que este possa "melhor" resolver sua respectiva situação.

Enfatiza-se, hoje, a necessidade dos pais buscarem conhecimentos e técnicas para um melhor desempenho de suas tarefas, embora, por outro lado, seja reforçado o sentimento de incompetência desses pais na medida em que eles nunca têm certeza se estão errando ou acertando. Em nome dessa necessidade de conhecimento é que livros de psicologia, antes dirigidos aos profissionais, passam a incluir em sua população alvo pais e educadores, como por exemplo *Psicanálise e Pediatria* (Dolto 1977); *El primer año de vida del niño* (Spitz 1973) *A criança e seu mundo* (Winnicott 1977), *Pais e filhos* (Ginott 1975), *Diálogo com as mães* (Bettelheim 1977), etc.

É nesse sentido que MORAES (1979) e SARTI & MORAES (1980) afirmam que vivemos sob o domínio da ciência que, através dos meios de comunicação, veicula informações; estas trazem, como consequência, novas formas de fragilização à mulher. Por um lado preconizam a necessidade da presença da mãe, dos seus cuidados nos primeiros anos de vida, como fundamental à sanidade do indivíduo, provocando sentimentos de culpa e inadequação da mãe que não pode se fazer mais presente. Por outro lado, colocam a

necessidade de um especialista mediando a relação com o filho. Assim, tarefas como amamentar e educar os filhos, têm que ser su pervisionadas por pediatras, psicólogos, pedagogos, havendo espe^cialistas adequados a cada tipo de problema ou relação.

A influência do saber "psi", permeando o social, se faz sentir na própria linguagem comum. Assim é que termos retirados da Psicanálise como trauma, inconsciente, carência afetiva, etc, fazem parte da linguagem cotidiana vulgarizando-se. MORAES coloca inclusive que

"... A Psicologia e a Psicanálise vulgares, por sua vez, antes de serem críticas à estrutura autoritária da família, terminam sendo o reforço da "boa família"... ao descobrir atrás de perturbações e neuroses razões do tipo "mau relacionamento com a figura materna" "não resolução adequada do complexo de Édipo"...

Moraes 1979: 80].

Dessa forma, se existe algum problema com a criança a tendência é atribuir a culpa aos pais, principalmente à mãe, e, segundo MALDONADO (1977), se a mãe, por motivo de estudo ou trabalho, está ausente de casa, geralmente, "veste a carapuça" da culpa na medida em que ainda é sua a tarefa de zelar pelo bem es tar físico e psíquico do filho.

A difusão desse saber "psi" modifica as relações pais-filhos - que se dão no lar, num espaço reservado como o "lugar do afeto" - tornando-as mais complexas. Sobrecarregam a função da mãe que se constitui no primeiro objeto relacional do bebê, através do qual ele dá entrada no simbólico:

"... A saúde mental do ser humano é construída na mais tenra infância pela mãe que fornece um ambiente no qual processos complexos mas essenciais do self podem chegar a seu

termo".

(Winnicott 1978: 291)

Assim, a mãe tem que ser "suficientemente boa" no início da vida do bebê. E ser "suficientemente boa" para WINNICOTT (1975-1978) significa poder perceber e adaptar-se às necessidades do bebê, respondendo a elas de forma adequada e no "tempo certo", excluindo outras preocupações. Este estado de relaxamento é alcançado através de um aumento da sensibilidade considerado como uma "doença normal" (Winnicott 1978) e que não é atingido por todas as mulheres. A incapacidade materna de atender ao bebê, em sua fase mais inicial, traz como consequência uma "aniquilação do self do bebê" (Winnicott 1978) e uma necessidade compensatória posterior, transformando a figura da mãe no símbolo da frustração.

A constância da mãe, que possibilitará a criação de sua imagem, e o atendimento às necessidades iniciais do bebê, permitem que ele vivencie uma experiência de continuidade, de ilusão, que, mais tarde, possibilitará o seu fantasiar. Aos poucos esse atendimento vai sendo mais relativo, permitindo que a criança viva também alguns fracassos e perceba que ela e a mãe sobrevivem a eles. Essa experiência de continuidade é básica para o estabelecimento do ego, fazendo com que o bebê possa construir positivamente "a idéia de uma pessoa na mãe" (Winnicott 1979) bem como uma relação segura com a realidade externa. Assim, depende da mãe a criação e manutenção de um ambiente estável para a criança, do ponto de vista físico e emocional.

"... Uma provisão ambiental suficientemente boa, na fase mais inicial, permite que o bebê comece a existir, a ter experiências, a construir um ego pessoal, dominar as pulsões e en

orientar todas as dificuldades inerentes à vida".

(Winnicott 1978: 497)

Para DOLTO (1977) todos os momentos de prazer do bebê: amamentação, banho, embalo, estão ligados à presença da mãe que se converte em objeto de amor para o bebê. Esse modelo de relação "subsiste a vida toda", mesmo frente a outras relações.

SPITZ (1973), também coloca essa importância da relação materno filial, na medida em que a mãe é quem possibilita ao bebê, através de sua ternura, de sua atitude afetiva, toda uma gama de estimulação táteis, auditivas, de equilíbrio, etc, experiências estas consideradas vitais, na medida em que, a comunicação, nos primeiros meses de vida, se faz de forma expressiva através do contato corporal. Ele fala de uma sensibilidade "quase mágica" da mãe com relação ao bebê.

"... Estou convencido de que a mulher que cria seu filho ao peito percebe inconscientemente sinais que nos escapam, e, sobretudo, reage de maneira imediata, sem a intervenção da consciência" (Spitz 1973-43).

Essa comunicação mãe-filho é que dará forma ao psiquismo infantil permitindo o seu desenvolvimento em todas as áreas, no primeiro ano de vida, criando a base para as relações objetais e as relações com as coisas. As relações interpessoais posteriores têm sua matriz na relação mãe-filho. Para SPITZ (1973) o desenvolvimento psíquico normal da criança está na dependência da qualidade, da constância e da estabilidade de sinais afetivos emitidos pela mãe, e ele chama essa mãe adequada de mãe normal. Tem como hipótese:

"... se a relação mãe-filho é nor-

mal não deverão existir transtornos ou desordens no desenvolvimento psicológico da criança; salvo as intervenções acidentais de caráter físico, como as enfermidades intercorrentes. Definiremos a relação normal mãe-filho dizendo que deve satisfazer tanto a mãe quanto ao filho".
(Spitz 1973-79).

SPITZ assinala também, a dificuldades no estabelecimento do que seriam relações objetais normais, na medida em que as relações têm múltiplas nuances, sutis e nem sempre perceptíveis. No entanto, a existência da "depressão anaclítica" e do "hospitalismo, que provocam uma parada no desenvolvimento em todos os "setores da personalidade", constituem a prova

"...do transcendente papel que tem as relações objetais para o desenvolvimento em seu conjunto".
(Spitz 1973:112).

Para ele, a instabilidade materna gera relações objetais impróprias e inadequadas. As atitudes maternas, a forma como se desenvolvem suas relações, podem provocar transtornos psicogênicos, atuando como toxinas "psíquicas". Também a carência afetiva, resultante da privação do contato materno, interfere no desenvolvimento como um todo.

O quadro abaixo mostra as relações estabelecidas por SPITZ entre atitude materna e transtornos específicos da criança.

ATITUDES MATERNAS	ENFERMIDADES DO BEBÊ
1º Repulsa Primária Ativa	Vômitos dos recém-nascidos e enfermidades respiratórias
2º Repulsa Primária Passiva	Coma do recém-nascido (Ribble).

	3º Solicitação Primária ansiosamente exagerada	Cólicas do primeiro trimestre
	4º Hostilidade disfarçada de angústia	Eczema infantil
TRANSTORNOS PSICOTÓXICOS	5º Oscilação rápida entre o mimo e a hostilidade agressiva	Hipermotilidade (balanceio)
	6º Saltos de humor cíclico	Jogos fecais
	7º Hostilidade conscientemente compensada	Hipertímico agressivo de Bowlby
CARÊNCIA EMOCIONAL	1º Privação emocional parcial	Depressão anaclítica
	2º Privação emocional total	Marasmo (Spitz 1973:83)

Como os autores anteriores, ERICKSON também (1976) coloca a importância dessa relação inicial. Afirma que a criança sõ deixa a mãe sem demasiada ansiedade quando essa mãe foi convertida em "uma certeza interior assim como uma predizibilidade exterior", porque aprendeu a confiar na uniformidade e continuidade dos provedores externos e, conseqüentemente, em si mesmo, para o enfrentamento das várias situações. Essa confiança decorre das primeiras experiências infantis, da qualidade da relação materna.

A qualidade dessa relação, em detrimento do aspecto quantitativo, traz mudanças nas relações, tornando-se um outro escravizador da mãe. Todo o tempo disponível dedicado aos filhos tem que ser qualitativamente excelente. Por outro lado, não existem muitos parâmetros para avaliar essa qualidade, o "quantum" seria suficiente. E cada vez mais os pais se privam de um espa-

ço, individual ou de casal, em prol dessa relação qualitativa. A qualidade deixa de ser algo que brota do prazer da relação, passando a ser institucionalizada e normatizada.

No entanto, embora, haja consenso entre a maioria dos autores no que diz respeito à relação mãe-filho, os conselhos "psi" apresentam-se de forma ambígua. Ao mesmo tempo em que WINNICOTT (1978) coloca que a mãe comum é suficientemente boa, quando todo o esquema médico hospitalar permite que ela aja como deseja e gosta, a linguagem "psi" constrói uma imagem de mãe bastante idealizada, que deve fazer uma adaptação perfeita ao bebê, suprimindo suas demandas na fase inicial. Não se considera a "ambivalência afetiva" que essa mãe mulher possa estar vivendo, e que a própria teoria propaga como fazendo parte do ser humano, e especificamente dessa relação mãe-filho pela sua significação na vida de ambos.

Também é dito que a mãe pode errar e esse erro é positivo quando lhe oferece condições de mudar, de crescer como pessoa paralelamente a:

"... por mais que a mãe faça, sua atuação posterior não anula sua falha inicial de adaptação às necessidades do ego de seu bebê".

(Winnicott 1978: 507).

Nesse contexto que oferece modelos difusos e contraditórios a mãe está em uma situação de fragilidade. BETTELHEIM (1977) especifica essa situação de insegurança vivida pela mulher que faz com que ela procure, através de conhecimentos, suprir as faltas que sente possuir. No entanto encontra

"... livros nos quais são por vezes tratadas como santas, outras vezes tidas como víboras, mas, sempre, en-

caradas como pessoas que deverão assumir grandes responsabilidades"
(Bettelheim 1977:12)

Essa duplicidade também é colocada por DONZELOT (1980) quando ele fala que os problemas surgidos com os filhos tanto podem ter suas causas na falta como no excesso de investimento afetivo. Segundo ele, hoje, os pais não têm mais o direito de errar, na medida em que existe uma oferta grande de especialistas e revistas especializadas para atender aos diversos tipos de demandas, enfatizando-se a necessidade, cada vez maior, de conhecimentos para assegurar um melhor desempenho de suas funções.

Na fluidez do discurso "psi", está pois criado o espaço do especialista que tem o saber e o poder de determinar onde está a falta e como deve ser feita a intervenção. Através da figura da mãe ele terá acesso à família.

2.3.1 A MULHER MÃE

Ainda hoje, a identidade da mulher está firmemente assentada na sua função reprodutora, "o ser mãe", o que faz com que a menopausa seja negada através de comentários como "Nunca pensei no assunto" (Alves e outros 1981), ou vivida como mudança da identidade:

"... Menopausa? Eu só me lembro das amigas da mamãe comentando: Ah! fula na já virou homem?"

(Alves 1980).

LANGER (1981) explica a depressão menopáusica como decorrência dessa nova realidade de não mais ter possibilidade de procriar.

A importância que tem a maternidade, em nosso contexto, é percebida na crença de que a mulher bem sucedida profissionalmente e sem filhos "só pode ser uma frustrada" (Moraes 1979). Essa crença, no entanto, tem fundamentos em teorias psicológicas. Assim é que LANGER (1981) coloca que o filho pode estar satisfazendo vários desejos da mulher como manter o casamento, ter status, comprovar sua fertilidade, identificar-se com a mãe, etc. Porém

"... no fundo, o desejo da mulher de dar à luz um filho provém de sua necessidade psicobiológica de desenvolver todas as suas capacidades latentes".

(Langer 1981:198).

Assim, a gravidez é considerada como algo que, em fazendo parte da vida da mulher, deve ocorrer tranqüilamente. Os transtornos encontrados na mulher atual são atribuídos a "conflitos com sua feminilidade" (Langer 1981- Soifer 1977), devido às mudanças ocorridas nos papéis da mulher, à sua maior liberdade sexual e social.

Para LANGER (1981), os "transtornos procriativos" atuais seriam quase que os substitutivos da "grande hystérie" do passado. Ela estabelece ainda diferenças entre os dois sexos no que diz respeito aos sentimentos frente ao filho, dizendo que não se pode interpretar os sentimentos do homem como fazendo parte de um instinto paternal. Eles são referentes a "causas e necessidades psicológicas". No entanto, na mulher,

"... existe uma inter-relação constante entre os processos biológicos e psicológicos. Desde a menarca até a menopausa, isto é, durante a parte mais importante de sua vida, desenvolvem-se nela processos biológicos

destinados à maternidade... Parece pois existir na mulher um desejo instintivo de ser fecundada e de conceber uma criança".

(Langer 1981:30).

O desejo da maternidade é tratado como fazendo parte de seus instintos e, quando a mulher sublima este instinto de uma forma satisfatória e consegue ser feliz, ainda assim se ela não

"conseguiu realizar-se como mãe sentirá, no fundo de seu ser, haver despendido parte de si própria".

(Langer 1981:31).

SOIFER (1977) também vê a maternidade como um fator importante na vida da mulher, constituindo-se em "fonte básica de saúde mental" e na realização plena da feminilidade em consonância com seu destino biológico.

Nesse contexto da maternidade a gravidez é percebida como um gerador de conflitos e angústias, e, segundo MALDONADO (1976) e SOIFER (1977) é comum, entre as grávidas, uma fantasia "terrorífica e monstruosa" de má formação fetal que teria suas bases no temor e na incapacidade de criar e educar bem os filhos.

MALDONADO (1976) fala ainda da "ambivalência afetiva" frente à gravidez, do sentimento de "querer e não querer". No entanto, a gravidez é normalmente vista como uma época feliz onde a mulher sente-se

"serena e tranqüila, identificada com seu ideal de mãe e com seu filho bem protegido por ela. Vive nesse estado a união mais íntima que possa existir entre dois seres.

(Langer 1981-208)

Para satisfazer a essa cobrança de felicidade e inte-

gração com o feto, procurando inserir as vivências da gestação em contexto afetivo e insurgindo-se contra a mecanização do parto, dirigido pelo obstetra, sem a participação ativa da mulher, contextualiza-se o trabalho com gestantes dentro do ideário do parto sem dor ou parto natural.

Segundo SALÉM (1983), as críticas sobre a intervenção médica no processo de parto surgiram na França, introduzidos por Lamaze na década de 50.

A partir daí surgem várias técnicas e modelos de trabalho dentro de referenciais teóricos diversos. Um dos métodos é do Dr. Read (Costanti 1980), baseado na síndrome: medo, tensão, dor, onde proporcionando, através da educação, uma situação de relaxamento, anula-se a dor.

Um outro método é o da escola reflexológica, chamado psicoprofilático. Para eles, a dor existe mas pode ser inibida por meios psicológicos (Langer 1981), havendo também diferenciação do primeiro modelo no que diz respeito aos tipos de exercícios ensinados.

Esse trabalho com gestantes, que a princípio tinha um objetivo mais informativo, hoje, cada vez mais, se converte num campo de atuação do psicólogo, com uma proposta mais abrangente incluindo o trabalho no campo das relações afetivas. Tem como proposta resgatar à mulher uma participação ativa no processo do parto, nesse momento, considerado tão importante para a sedimentação da relação materno-filial, para a quebra na relação simbiótica uterina, vivenciando o filho como um ser independente e possibilitando a elaboração do "trauma da separação" (Langer 1980), construindo, assim, as bases para uma relação bi-pessoal.

Há ainda nessa proposta um espaço para a informação intelectual sobre todo o processo gestacional e de parto, sobre a fisiologia do corpo e técnicas de relaxamento. Parte-se do princípio de que através do conhecimento, a mulher exerce um melhor controle sobre seus sentimentos e sensações, tendo um parto feliz:

"... A gestante educada para o parto ignora os relatos familiares ou crenças populares acerca do mesmo; ela sabe o que fazer quando sentir as contrações, pois foi educada para isto. Não sente medo, tensão ou dor... ela sabe que a contração ou endurecimento do útero destina-se à dilatação do colo e, além disso, depois de apreender a respiração abdominal a contração passa inadvertida.

(Costanti 1980:18-96).

Descrevendo bem o ideário do parto natural estão alguns trechos de uma orientação a uma mulher prestes a dar à luz. Pressupõe a não existência da dor. Esta idéia da dor surgiu porque, na realidade, dar à luz é "um prazer tão intenso e tão maior que tudo" que torna-se insuportável, por isso assemelha-se à dor. Compara o parto a um orgasmo:

"... quando a criança estiver chegando, esteja pronta para o grande orgasmo. E quando ele vier - eu tenho certeza que virá - não resista'. ... será uma bênção para a criança porque ela estará vindo com um grande orgasmo e você se sentirá agradecida, eternamente agradecida a ela".

Fala também da importância do parto na relação com o filho:

"... se a vida da criança começar através de sua dor, um conflito terá início. Se o começo não for bom, você nunca terá um relacionamento de amizade real com a criança.

... se o êxtase acontecer, então a criança será perfeitamente saudável e não terá muitos tipos de doenças mentais que aparecem naturalmente em todas as crianças, em todos os seres humanos, por causa do nascimento doloroso.

... e seu relacionamento com a criança terá uma nova qualidade".

(Rajneesh in Costanti 1980).

Para SALÉM (1983) o movimento do parto sem dor tem como pano de fundo a questão da "difusão da linguagem psicológica no corpo social", a transformação da família em família nuclear e as reivindicações feministas com relação à intercambialidade das funções masculinas e femininas. Além de objetivar a participação da mulher, tornando-a sujeito no processo de parto, pretende proporcionar melhores condições para a relação materno-filial, a valorização do conhecimento, das emoções, etc. O trabalho com gestantes também tem como proposta introduzir a figura do pai, que vai partilhar das emoções vividas nesse contexto mais restrito e intimista da família nuclear. Não se vê mais a mulher grávida e sim o "casal grávido". A participação do marido é importante como sedimentação das relações na família, na construção de um "projeto a dois" (Salém 1983) embora se perceba o casal como diferentemente envolvido, na medida em que, se considera a gravidez uma experiência fundamental na vida da mulher.

Dessa forma o nascimento do bebê constitui um marco importante, pois registra o nascimento da família, a construção de uma nova identidade a cada um dos parceiros. MALDONADO (1976), inclusive, interpreta o medo da grávida de não voltar, fisicamente às formas antigas como sendo uma representação desse medo de transformar-se como pessoa frente à experiência de ter um filho, à

conquista dessa nova identidade. Para SALÉM (1983), a presença do marido, nesse momento considerado importante à mulher, está posta em substituição à figura da mãe. Ao mesmo tempo em que se percebe nessa situação uma necessidade de diferenciação da família de origem, buscando contruir um modelo novo de família, o casal grávido, pela própria inexperiência e desconhecimento, vive uma dependência maior do especialista que lhes "oferece" conhecimento e uma relação mais "neutra" embora "afetiva".

Assim, a família nuclear vive hoje num contexto altamente afetivo onde se valoriza a individualidade de seus membros, a emoção, a privatização das relações, o intimismo. No entanto, cada vez mais, se percebe a "ingerência do especialista", intermediando essas relações, apoiando, aconselhando, mostrando o caminho da "felicidade", do "prazer", "harmonizando" o casal.

Pode-se avaliar a dimensão desse tipo de trabalho pelas ofertas que se apresentam nos últimos anos. Verifica-se que essas ofertas têm como alvo a mulher, principalmente no seu papel de mãe, criando demandas através da flutuação do discurso "psi" veiculado, propondo-se a trabalhar no campo das relações, ensinando a mulher a ser uma boa mãe.

Vejamos a proposta de alguns desses trabalhos:

- Assistência orientada à Mulher (Agosto de 1984)

Objetivo: Assistência psicoprofilática ao casal grávido e à gestante no parto e puerpério.

CEAMI - (Centro de Estudos e Atendimento à Mulher e à infância) - (Setembro de 1979)

Objetivo: Através de grupos de vivência proporcionar um melhor relacionamento de casal. Pretende ainda "dar atendi-

to psicopedagógico à comunidade especialmente à mulher e à infância".

SPAG - Grupos de Gestantes - (Março de 1978 ou 79)

Objetivo: Preparação psicológica para a maternidade e paternidade tendo como proposta a facilitação do "Crescimento emocional do casal e uma boa relação entre os pais e o bebê".

Grupos de Gestantes da Barra - (Março de 1983)

Objetivo: Preparar psicologicamente a gestante, informando-a sobre gravidez, parto e puerpério, além do trabalho como corpo.

SPAG - Grupos de Pais (Março 1978/79)

Objetivo: Treinamento em prevenção de problemas emocionais infantis. Propõe-se a ajudar os pais na prevenção do surgimento ou intensificação de problemas emocionais dos filhos, aprendendo novas formas de comunicação com as crianças.

Curso de desenvolvimento e prevenção na primeira infância (Setembro de 1984).

Objetivo: Destinado a pais e educadores, sendo ministrado em dois níveis. Tem como fundamento a importância da qualidade das relações parentais na construção do indivíduo.

Curso com debates sobre os "Efeitos da separação da mãe em crianças pequenas" com filmes da Clínica Tavistock de Londres (1979-1980).

NOP - (Núcleo de Orientação Psicodinâmica (JB 12 de Agosto de 1984 - Caderno B).

Objetivo: O curso "O brincar e a criança" propõe-se a estimular nos pais suas capacidades lúdicas, ajudando-os a

brincar com os filhos e a compreendê-los mais.

SER - Clínica Social de Psicoterapia. (Janeiro de 1983).

Palestras sobre os sentimentos que envolvem a maternidade e paternidade e grupo de vivência de pais-filhos.

Objetivo: Debater os sentimentos relativos ao desejo ou não dos filhos e criar um espaço onde pais e filhos, possam, através de uma experiência lúdica, encontrar-se.

Tem ainda, como proposta, formar grupos de casais grávidos", "pretendendo oferecer espaço e tempo para que mães e pais possam colocar, compartilhar e entender suas ansiedades, medos, receios e anseios na espera desse filho que está por vir".

Essas ofertas todas têm como base a importância de uma boa relação parental e a necessidade de trabalhar os pais, principalmente a mãe, para que ela aconteça. Percebe-se nos discursos a introdução da figura do pai como fazendo parte do grupo a ser trabalhado.

Um outro movimento que retorna, hoje, também centrado no papel de mãe, é a campanha pela amamentação, bastante divulgada pelos meios de comunicação de massa, contando, inclusive, com a presença de atrizes, que se constituem em modelos simbólicos importantes, pelo acesso que têm à população. Embora o discurso atual seja diferente do discurso higienista do passado em sua forma - é mais sutil - não traz grandes mudanças em seu conteúdo. Impinge, delicadamente, um certo tom de obrigatoriedade no que diz respeito à amamentação, como fazendo parte do instinto materno e apelando à relação que se estabelece nesse contato tão íntimo.

No entanto, há tempos atrás, esse mesmo leite materno era considerado, pelos médicos, como fraco e inadequado, devendo ser substituído pela amamentação artificial e havendo variedade de marcas de leite em pó a ser escolhido. Hoje, novamente, o leite materno é considerado o ideal para a criança, constituindo-se em nova receita. A amamentação é vista nos seus dois aspectos: quanto ao poder nutritivo e ao aspecto emocional, construindo-se, nesse ato, um espaço fundamental para o bom desenvolvimento da relação materno-filial:

"... na mãe se despertará mais facilmente um carinho instintivo e espontâneo frente à criança à qual dá o seio, que frente à que alimenta cumprindo com todos os preceitos médicos sobre alimentação artificial mais adequada..."

(Langer 1980:228).

LANGER fala ainda que vivemos numa época em que se tenta dessexualizar as funções procriativas "femininas" - consideradas por ela como instintivas - transformando-as em um processo mecânico. Assim, explica as dificuldades da lactação como decorrentes de identificação com uma mãe má, de sua própria frustração oral em função do desmame precoce ou amamentação artificial. Essas dificuldades não acontecem comumente em "mulheres primitivas", menos contaminadas por "inibições" de nossa cultura. As mulheres do campo, geralmente, amamentam seus filhos por longo tempo e

"... ainda permitem-se o gozo libidinoso que a amamentação dos filhos lhes oferece..."

(Langer 1981:228).

No entanto, LANGER também fala da importância da rela-

ção carinhosa, caracterizada por uma entrega a nível corporal e afetivo e, não precisa, necessariamente, do seio para acontecer:

"... Uma mamadeira dada com todo o carinho e lentamente a uma criança que tenha em seus braços e a qual não teme mostrar seu amor e permitir-lhe estar bem próximo dela quando o necessitar - ainda que seja no intervalo entre duas mamadas - significará menos frustração oral que o seio dado friamente"

(Langer 1980:226),

embora finalize dizendo que, mesmo assim, a criança se sentirá mais próxima e mais amada por sua mãe se "estiver segurando o seio".

A mensagem da amamentação vai dessa forma, sendo disseminada no bojo da linguagem "psi".

Ainda com relação à amamentação, LANGER (1981) levanta a questão social, a necessidade do trabalho fora do lar para a mulher, e as consequências deste fato; a urgência de se criar uma infra-estrutura que permita à mulher atuar profissionalmente e exercer sua função de mãe.

Nesse sentido é que BARROSO (1982) critica as campanhas de amamentação desenvolvidas hoje no Brasil, na medida em que elas não consideram a realidade social e legal, como inexistência de creches ou subvenções durante o período de lactação, fatores estes que obstaculizam a amamentação. Enfatizam, porém, a responsabilidade da mulher nesse processo, criando nela sentimentos de frustração e culpas.

Entre os pediatras há inclusive discursos mais vigorosos, no estilo higienista, a favor da amamentação materna. É o

caso do Dr. Rinaldo de Lamare, que sô admite amamentação artificial ou ama-de-leite quando existir contra-indicação absoluta para a amamentação materna. Não admite que a mãe deixe de amamentar por

"comodidade ou vaidade. Neste caso podem chamar outro médico que queira fazer a prescrição pois pensamos como SCHWEIZER: "Mãe que podendo amamentar seu filho, não o faz, não merece o nome de mãe..."

(De Lamare 29^a ed. 100).

Dentro desse ideário que abarca diversas correntes naturalistas, instintivas e psicológicas acerca do papel e das funções maternas criam-se as demandas e os especialistas.

Percebe-se o uso da linguagem psicológica como uma forma de valorar, de tornar mais atraente e mais "verdadeiro" o conteúdo das mensagens; justifica a necessidade da amamentação, do trabalho com gestantes, com pais, etc, o que vem confirmar a difusão e importância que o "psi" está adquirindo nas últimas décadas.

A preocupação com a criança e com esses novos pais que estão sendo construídos é percebida através dos órgãos de comunicação de massa como jornais, revistas e TV.; as matérias, específicas a esse tema têm sempre um tom aconselhativo, orientando os pais sobre as condutas mais adequadas, como por exemplo uma participação mais efetiva do pai:

"... o pai quer viver cada fase do filho. Sabe que, se vivenciar bem aquela etapa, melhores serão os resultados para os filhos - e para ele próprio, claro, como ser humano".
(J.B. 12 Agosto de 1984 - Caderno B)

Essa preocupação com a criação dos filhos não é nova, embora apresente variações no tipo de discurso usado. O artigo: "Como evitar que seu filho seja um futuro neurótico", (Fatos e Fotos - Gente, 10-04-78 Ano XVI) , fala da necessidade de fornecer aos pais conhecimentos de Psicologia Infantil para evitar que ocorram "erros gravíssimos de educação". Há orientação sobre como os pais devem agir, inclusive o que devem falar para encorajar o diálogo, usando técnicas behavioristas de reforçamento frente aos comportamentos desejáveis.

Discurso um pouco diferente é o encontrado na revista Cláudia (Novembro de 1979) no artigo "Depoimentos de mães: Como estamos educando nossos filhos". Nele se questiona a normatização das teorias na educação do filho e a conseqüente fragilização das mães, que passam a usar conceitos teóricos como se fossem fórmulas mágicas, frente às várias situações com que se deparam.

No entanto, coloca a utilidade dos especialistas na sensibilização dos pais, levando-os a refletir sobre suas relações e tornando-se mais flexíveis. Assim, a própria existência do artigo, testemunha a necessidade que se sente, hoje, da palavra do profissional "psi" (a própria autora é psicóloga) na determinação do certo e do errado do adequado e do inadequado.

Para LANGER (1981) o papel de mãe, numa sociedade "antiinstintiva e antimaternal" tem que ser ensinado, "autorizando-se a mulher a querer seu filho, a não reprimir sua ternura, manifestando-a sem racionalismos.

Atravessada por todos esses discursos, que enfatizam o papel de mãe, as relações iniciais e sua importância no vir-a-ser

do indivíduo, é construída a mãe no século XX, fragilizada, ávida de conhecimentos e dependente dos especialistas que lhe ensinam a ser uma boa mãe.

2.4 A MULHER COMO ESPOSA

O papel de esposa também é constitutivo da identidade da mulher.

Segundo PRADO (1979), a passagem de um sistema dito matriarcal, onde a mulher possuía autonomia e uma posição igualitária na sociedade, para um sistema onde se colocava tutelada pelo homem, teve como finalidade garantir a paternidade social. Instituiu-se assim o casamento que, no decorrer do tempo, apresenta variações em sua forma segundo a cultura onde se contextualiza. No entanto, mantêm semelhanças em alguns pontos como a garantia da paternidade, a falta de continuidade entre a vida da mulher solteira e da mulher casada, caracterizada pela mudança de residência, mudança de nome, etc, o que simboliza a aquisição de uma nova identidade.

Com o casamento, a esposa passa a ser propriedade do marido que lhe exige exclusividade sexual. Nesse contexto, o adultério é considerado uma transgressão sofrendo as mais variadas punições, conforme a cultura e o momento em que se dá. No Brasil, segundo o Código Penal, o adultério é classificado como crime contra a família.

Atendendo aos diferentes papéis sexuais, a educação de homens e mulheres se faz de forma diversa. Assim, a educação da mulher

"... deve ser relacionada ao homem. Agradá-lo, ser-lhe útil, ser amada e respeitada por ele, educá-lo, enaltecê-lo, cuidá-lo, aconselhá-lo, tornar-lhe a vida agradável e amena."

eis os deveres das mulheres em todas as épocas. É o que se deve ensinar-lhe desde a infância".

(Rousseau in Prado 1979:102).

Condizentes com as recomendações de Rousseau, a mulher, desde muito cedo, vão sendo inculcados, formal ou informalmente, deveres morais e comportamentos adequados, visando principalmente, o seu papel de esposa - mãe - dona de casa, não como um ser individual, mas em função do marido e dos filhos.

Na visão de PRADO (1979), o papel da esposa, é fornecer ao marido uma infra-estrutura que lhe permita sua vida social e econômica, bem como a garantia da paternidade. A mulher é, pois, a "guardiã da imagem paterna" na medida em que é a figura principal e cotidiana na vida dos filhos, cuidando para preservar os laços afetivos e, conseqüentemente, manter a família. Esse papel exige disponibilidade para atender às necessidades da família em seus diversos momentos cronológicos; flexibilidade para adaptar-se ao tipo de vida traçado pelo marido; exige ainda docilidade de espírito e "desejo de agradar". Assim, a mulher esposa se coloca como um ser indeterminado, em nível de caráter e personalidade, sofrendo quase que um processo de despersonalização. Após anos de convívio considerando o outro, perde o hábito de considerar seus próprios impulsos, sentindo-se existir como pessoa quando é solicitada e considerada indispensável ao funcionamento do lar.

LOPATA (Prado 1979), em uma pesquisa feita nos Estados Unidos no início da década de 70, assinala a presença de crise de identidade na mulher, por ocasião do casamento ou com a chegada do primeiro filho. No século passado essa crise de identidade era vista como um processo natural. Hoje, em função de um olhar

normatizador, quando a esposa não se ajusta ao casamento sentindo-se infeliz, é considerada anormal, visto que seu casamento ocorreu por amor e foi livremente escolhido. Espera-se, portanto, da feminilidade a capacidade de adaptação a essa nova situação, que prescinde de aprendizagens, como se os comportamentos femininos necessários fizessem parte da natureza da mulher.

Dessa forma, as expectativas sobre a mulher - esposa - moderna são de que assuma adequadamente suas várias funções: mãe, dona-de-casa e profissional e que ainda se faça bela, seja feminina, disponível. A conciliação desses papéis, muitas vezes contraditórios, demanda um gasto enorme de energia. Todas as exigências e a não limitação do horário de trabalho são fatores que interferem na saúde da mulher. As queixas nesse sentido são camufladas, pois queixar-se do marido, do casamento ou do tipo de vida que leva, significa assumir que fracassou nesse âmbito. Além disso, como o trabalho doméstico pertence a intimidade do casal, não é visto como as demais profissões e nem sofre regulação no que diz respeito a horários, férias, descansos semanais, etc.

Para GALBRAITH (Prado 1979) as esposas, pelas suas responsabilidades, constituiriam "a categoria mais importante de força de trabalho". No entanto seu trabalho não é realizado em troca de salário. Ela se dá às pessoas de sua família, fornece serviços "por amor", não se esperando dela comportamentos que destoem desse modelo. Assim a existência de uma esposa é a solução mais barata para um homem com emprego estável, pois

"... fornece serviços sexuais da melhor qualidade (disponibilidade co-

tidiana, sem riscos de doenças, etc) como ainda a esposa se ocupa de sua alimentação, roupa lavada, em suma, infra-estrutura de sua vida diária". (Prado 1979:143).

O lar e tudo que acontece nele está sob a responsabilidade da esposa, até mesmo os deslizes do marido, são atribuídos a alguma falha sua.

Dessa forma, o modelo de esposa vai sendo mantido, acrescido de outras atividades e dentro de um novo discurso que proclama o companheirismo e a participação como um dos alicerces do casamento.

2.4.1 O CASAMENTO

Segundo DONZELOT (1980), na medida em que existe um lar, uma família, o indivíduo cria vínculos, raízes. O casamento tem uma função político-econômica importante, criando uma rede de obrigações, responsabilidades e condicionamentos afetivos, que funcionam como dispositivos de controle, limitando as oportunidades de situações novas, de estabelecimento de novas relações, de terminando os comportamentos.

Hã, também, um controle econômico do capital através do evitamento de gastos excessivos, de incentivo a poupanças, o que desenvolve a capacidade de previsão, o pensar no futuro e se compromissar com ele.

O casamento começa a ser enfatizado a partir do século XVIII. VAN USSEL (1980), atribuiu ao individualismo a responsa-

bilidade, por colocar em evidência a "célula familiar" composta de pais, filhos, e, as vezes, de alguns parentes. A união conjugal, torna-se um fator importante dentro da célula-familiar reinvidicando relações "intensas, íntimas e exclusivas". A partir do século XIX, o amor passa a constituir a base ideal do casamento, transformando os critérios de escolha dos parceiros.

Na sociedade contemporânea, o casamento ainda é bastante controlado e para KOLLONTAI (1982) existe um modelo de marido adequado, fundamentado no fato da mulher ser considerada acessório do homem, sobre o qual ele "projeta a sua luz, o seu brilhantismo".

Na atualidade a estrutura do casamento, continua a ser "autoritária e patriarcal" (Van Usse1 1980), destinando-se à mulher o papel de mãe e dona-de-casa. Há uma imposição do casamento, dentro da ideologia do amor romântico, que leva o casal a institucionalizar o amor, compartilhar a vida, ajudar-se mutuamente, procriar e educar os filhos. Paralelamente, esse tipo de casamento é questionado sendo propostas novas formas de relação. Apesar das críticas, VAN USSEL (1980) afirma que "nunca antes o casamento e a família foram vividos tão intensamente" e tão intimamente ligados como nos tempos atuais.

2.4.2 O LUGAR DA SEXUALIDADE

Na análise de VAN USSEL (1980) a emancipação sexual, iniciada no fim do século XIX, passou por várias etapas, difundindo-se rapidamente após a segunda guerra mundial.

Com a diminuição do poder das igrejas no estabelecimen-

to de regras sexuais, esse espaço passa a ser ocupado pelos especialistas. A sexualidade penetra no domínio público; cria novas formas de lidar com o corpo, provocando uma acentuação da sensualidade; proliferam revistas sobre sexualidade, nudismo, etc. As informações sexuais são mais discutidas pelos próprios indivíduos e não mais recebidas de uma autoridade como anteriormente.

A ideologia burguesa pretende unir casamento, sexo, amor e procriação. Nesse sentido, proclama a igualdade sexual e a emancipação feminina, criando uma nova imagem de mulher que assume vários papéis ao mesmo tempo: "é mãe, mulher, amante e talvez, também um pouco, a prostituta do seu marido".

Para VAN USSEL (1980), atualmente existem três correntes no que diz respeito a emancipação da sexualidade, do casamento e da família.

Na primeira corrente que ele chama de "Reformismo Sexual", embora a sexualidade seja muito falada, o seu exercício é restrito ao casamento monogâmico. Neste enfoque os idosos, solteiros, homossexuais, portadores de defeitos físicos, etc, ficam excluídos da vida sexual. A sexualidade é transformada em artigo de consumo, criando a ilusão da emancipação sexual. A sociedade, no entanto, continua estruturada de forma a manter a mulher no seu status de inferioridade, embora lhe permita sentir-se psiquicamente emancipada. Esse enfoque também privilegia o familialismo através do reforço ao casamento. Nos países mais desenvolvidos há maior tolerância às excessões da norma.

Uma outra corrente - A Revolução Exclusivamente Sexual - discute mais abertamente a sexualidade e suas questões. A imprensa fala sobre sexo de uma forma mais franca. Há desvinculação

entre sexo e procriação e o casamento não se constitui mais na meta a ser alcançada. O sexual não está restrito à genitalidade, havendo um abandono da moral tradicional. As relações pré-conjugais e o homossexualismo são mais tolerados; o erotismo é enfatizado através da literatura, da moda, etc. Nesse enfoque, "a perversidade não está nos atos, mas no cérebro".

A terceira corrente denominada "Emancipação do Homem e da Sociedade", procura pensar a sexualidade no contexto do homem total, em sociedade. A sexualidade é aceita da mesma forma que "outras manifestações da existência". Problemas como aborto, homossexualidade, emancipação feminina, uso de anticoncepcionais etc, são, antes de mais nada, problemas sociais e políticos. Propõe a desmistificação de construções sobre o amor romântico, a inocência da criança o papel sacrificial da mãe as alegrias do adultério e da sexualidade em grupo etc, como uma forma de libertar o homem em todos os seus aspectos. Nesse enfoque, para haver transformações reais na sociedade, as mudanças não devem ficar só em nível pedagógico e moral passando, necessariamente, pelas condições sociais e econômicas.

O movimento de emancipação sexual, como um todo, produz mudanças nas relações sociais e conseqüentemente na sociedade. Gera também outras construções tirânicas, criando novos modelos sexuais de enquadramento. A mulher é atingida transformando-se em objeto altamente sexualizado. Para MILAN (1984) a publicidade que se faz hoje em torno da sexualidade tem como finalidade controlar o gozo através do orgasmo, delimitando e fechando para o sexo a possibilidade de se realizar livremente. Nesse contexto, aparece a figura do sexólogo que dita regras, "diz como, quando

quando e onde a sexualidade deve ocorrer", normatizando-a, impondo à mulher o modelo masculino. Também o homem sofre restrições com a imposição do "gozo genital" que reduz a "sua experiência a ereção e a ejaculação".

2.4.3 O LUGAR DO CASAMENTO E DA SEXUALIDADE NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX

No Brasil, na época colonial, os casamentos se faziam por interesses familiares, considerando benefícios econômicos ou preconceitos raciais; as famílias de elite procuravam, então, casar seus filhos entre parentes próximos ou afastados.

O amor conjugal não tinha relêvo nesses contratos matrimoniais. Contribuia para essa situação "a representação religiosa do casamento" que, segundo COSTA (1979), visava dirigir a Deus a devoção que lhe era devida.

Com a entrada em cena dos higienistas, promovendo a transformação da família colonial, houve uma desarticulação no costume do casamento por interesse, criando um novo tipo de contrato conjugal, onde o casal se comprometia com os filhos. Nesse enfoque a escolha do parceiro era fundamental, visando, principalmente, a saúde do filho. O casal higiênico "olhava o futuro".

Os casamentos por interesses foram duramente criticados. No entanto, a prática do casamento não fora tocada, apenas mudaram-se alguns dados, segundo os objetivos higiênicos. Havia um certo rigor na escolha do cônjuge, entretanto, fazia-se, paralelamente, promessas de um novo tipo de relacionamento, de "deleites nunca dantes experimentados". Até então, a sexualidade era

restrita à relação sexual com finalidades procriativas. Contribuiu para essa situação o catolicismo que condenava a sexualidade sem procriação, fora do casamento ou a sexualidade excessiva, controlando "dois tipos de desvios: o da gratuidade e do excesso" (Costa 1979).

A higiene usou uma nova tática para desmontar esse modelo: manteve a condenação sobre a sexualidade livre, enfatizando na porém, dentro da relação conjugal, onde, o que deveria ser regulado era a sua deficiência.

Houve, portanto, necessidade de mostrar à mulher seus direitos sexuais, construindo verdadeiras aulas de como usufruir da sexualidade. Segundo COSTA (1979) o "direito individual de gozar tornou-se para a higiene uma obrigação cívica", assumindo papel importante nesse modelo de casamento proposto. Sua ênfase visava a sexualidade masculina na relação conjugal, evitando que os maridos procurassem prostitutas, contraíssem doenças venéreas o que contaminaria a prole. Através dessa estratégia, esperava-se diminuir o índice de mortalidade infantil e, conseqüentemente, criar mecanismos de perpetuação da espécie.

Um outro objetivo era "estimular a vida sexual das mulheres" (Costa 1979), evitando a masturbação ou o adultério de mulheres que se sentiam insatisfeitas sexualmente. Regulava assim a existência social e emocional de homens e mulheres, constituindo-se em "uma ponte" que levava ao amor conjugal. Esse amor era importante para legitimar a livre escolha do cônjuge, em detrimento das razões familiares e criar um novo código nas relações homens mulheres. Em nome desse amor obedeciam-se às regras estabelecidas e o não cumprimento dessas regras ou o insu-

cesso do casamento seria culpa do indivíduo, visto que a escolha foi livre. Havia aí uma dupla coerção: a reprovação social e o remorso por trair as expectativas amorosas do parceiro.

O amor circunscrevia, pois, o sexo nos limites da casa e "gozar com amor significava tirar o máximo prazer da vida em família". (Costa 1979).

Criou-se também, em nome desse amor, novos papéis sociais para o homem e a mulher que se constituíram em modelos de conduta para cada sexo, sendo integrados à "natureza" masculina e feminina. Dessa forma foi criada a fragilidade feminina, a sua natureza afetiva, sua doçura, submissão, a debilidade de sua constituição moral, em contraposição à força e vigor do homem; sua disposição para "coisa do espírito" sua racionalidade, dureza e menor amorosidade.

Costa coloca ainda um segundo uso do amor que viria, justamente, apaziguar os conflitos gerados pelas contradições entre os papéis estipulados para homens e mulheres através da vinda dos filhos:

"... era enquanto pai e mãe que o homem e a mulher poderiam entrar em comum acordo e aparar as arestas resultantes de suas diferenças sentimentais. Amor feminino e amor masculino só entravam em sintonia na vida conjugal fértil".

(Costa 1979:238).

Reforçando-se o amor e a sexualidade, pretendia-se reforçar e manter o casamento escolhido livremente bem como perpetuar a família. Enfatizava também a responsabilidade do casal pela procriação e criação dos filhos, objetivo maior do casamento

e fator de realização pessoal de cada um.

Para manter o modelo de família e o papel de mãe, delimitado dentro dos preceitos higienicos, fazia-se necessária a regulação da sexualidade feminina em estreitos limites. Esse fato entrava em conflito com a tática, de sexualização da mulher, anteriormente usada. A solução encontrada, frente a essa situação, foi canalizar a sexualidade feminina para a amamentação, onde a criança com seus movimentos casuais de mão e cabeça excitava as mamas, provocando um "orgasmo particular" (Costa 1979), que facilitava a produção do leite. Sexualizando a relação mãe-filho os médicos promoviam a "concentração do interesse sexual da mulher sobre a prole", o que, além de garantir maiores cuidados aos filhos, também se constituía em mais um dispositivo de controle sobre a sexualidade da mulher.

Nesse contexto controlador, a prostituta era condenada porque representava o duplo, o oposto: fazia livre uso de sua sexualidade.

Dentro do propósito de construção da família, incentivava-se o casamento, para ambos os sexos, atribuindo-lhe a cura para males tais como "palpitação", "irritabilidade", epilepsia, etc.

Construiu-se assim o nervosismo da mulher, que serviu à higiene como uma via segura de implantação do poder médico na família. O nervosismo prestou-se a várias formas de manipulação; uma delas era o seu uso como meio de insurgir-se contra pais e maridos "em sua versão sexual" ou voltar-se para os filhos "em

sua versão mundana" (Costa 1979). No entanto, a mulher reverteu esse nervosismo para seu próprio uso: quando algo lhe desagradava tinha um "ataque de nervos" como forma de defender-se de suas opressões.

Segundo COSTA (1979) os impasses criados por essa nova forma de relacionamento na família eram terapeuticamente camuflados e o sexo foi transformado em "instrumento de poder, de luta e retaliação", através do qual homens e mulheres mediam forças e se oprimiam e sō, "eventualmente, se amavam".

No sēculo XX os discursos acerca dos papēis sexuais sō mais sofisticados, embora nō tenha havido mudanças estruturais na relaçaō homem-mulher. O casamento para MILAN (1984) estā presente no "imaginārio da nossa cultura como a ūnica saıda para a mulher". As relaçaōes conjugais ainda se caracterizam pela assimetria e SAFFIOTI (1979) vē essa situaçaō entravada, tambēm, pela mulher que sente dificuldade em assimilar mudanças por estar, de certa forma, como expectadora dessas mudanças.

Sō criados mitos que, segundo CARDOSO (1981), se constituem em violēncias contra a mulher. Dela se exige tudo: que engravide, sofra o parto, amamente e eduque a criança; que trabalhe fora e dentro de casa, que seja uma excelente profissional, boa esposa e boa mēe.

Sua sexualidade ē legitimada pelo amor, que controla e limita essa atividade, aprisionando-a nos estreitos limites sociais em que se reduz sua vida.

"... eu tive relaçaō e eu nō senti nada e pra mim era inclusive chocan-

te, não sabe?... eu gostava dele, era estranho porque eu gostava muito dele mas não consegui sentir simplesmente nada. E aí vieram os problemas né? 'Se eu não sinto nada, como é que posso dizer que o amo?'

(Alves e outros 1981:49).

Vivendo uma época profundamente sexualizada, com a proliferação de discursos e especialistas sobre sexologia, verifica-se que, na prática, há toda uma construção envolvendo o corpo e a sexualidade feminina no desconhecimento. Para ALVES e outros (1981) esse "desconhecer" satisfaz o modelo de pureza proposto para a mulher. Em função dessa "estratégia do desconhecimento" institue-se a dificuldade de falar sobre a sexualidade e a dupla moral com seus modelos sexuais diversos para homens e mulheres. Assim a sexualidade masculina, incentivada, é vista como resposta às necessidades biológicas, enquanto a feminina é interdita e ligada a componentes afetivos. O silêncio é a forma de discurso da sexualidade feminina, através do qual ela é "falada", construindo um modelo de mulher que deve desconhecer para atender ao requisito da feminilidade.

O exercício da sexualidade é normatizado, estabelecendo-se locais e formas corretas de relacionamento sexual e somente o coito vaginal é aceito como fornecedor do prazer normal:

"... tenho prazer na masturbação ... Não sinto prazer na penetração. Sinto de outra forma. Mas de outra forma não é normal. Não, não é normal".

(Alves e outros 1981:50).

O orgasmo, considerado a meta a ser atingida numa relação sexual, gera idealizações, desqualificando o prazer que cada

um possa sentir:

"... eu faço uma idéia de que seja uma tremedeira incrível no corpo da gente... e que a gente deve ficar pulando que nem canguru (riso) de satisfação ... deve ser assim, uma satisfação total né?... O meu prazer é limitado e quando ele termina me dá uma depressão imensa".

(Alves e outros 1981:51).

Embora o exercício da sexualidade seja ainda cercado de silêncios, MORAES (1979), pesquisando o conteúdo de revistas dirigidas à população feminina, verifica que, em nível de discurso, ela se faz presente de uma forma bastante progressista, embora, na realidade, estas revistas não tenham propostas de mudanças. São mantidos os papéis de mãe, de esposa, de objeto sexual, de mulher como um ser que só comprove sua existência a partir do referencial masculino.

Essas revistas tem destinações diferenciadas segundo o teor do seu discurso. Assim, as revistas "Claudia", "Desfile", etc, tem como alvo a jovem mulher casada e seu discurso se contextualiza nessa realidade. Fornecem informações e técnicas sobre como manter o homem, o casamento, como se desnudar frente ao marido, com que frequência, etc. A arte da sedução consiste em se anular frente ao homem, oferecendo inúmeras sugestões nesse sentido. A mulher, transformada em mercadoria, deve despertar interesse no homem, reduzindo-se a sua sexualidade a esse poder de atração.

O papel de mãe é reforçado, mesmo que em detrimento do sexual:

"... se a maternidade, sagrada e sublime não pode viver bem ao lado do sexo, é porque este poderia sujá-la, deturpá-la".

(Sarti e Moraes 1980:39).

A revista "Nova" e similares dirige-se à mulher na faixa dos 30 anos, jovem, charmosa, bonita e liberada sexualmente. Essas revistas, embora tratem sexualidade de forma bastante aberta, levam a mulher a assumir-se como objeto sexual. Há um total descompromisso com a contextualização da relação homem-mulher num tempo determinado, num momento psicológico, histórico, como se acontecesse num vazio. Tudo é transformado em banalidade e resolvido através de fórmulas mágicas.

"... como deixar de amá-lo, quando o caso não tem esperança" (Nova nº 67)

"... como passar por essas fases em que tudo vai mal - o trabalho chato, o amor sem esperanças, a vida sem graça: saia dessa fossa" (Nova nº 66)

"... qualquer mulher (mesmo a mais feinha) pode ter um incrível poder sexual sobre os homens" (Nova nº 66)
(Moraes 1979)

Esse tipo de literatura constroi a mulher sexy, mantendo os demais papéis. Propõe, como característica principal, "aceitar-se como mulher, com todas as suas funções femininas" (Moraes 1979).

À adolescente, na faixa de 15 a 19 anos, destina-se a revista Carícia, Romance, etc. Essas revistas tratam a sexualidade com mais flexibilidade. Assim, para a revista Carícia, nº 45

"... a jovem-Carícia sabe que 'o orgasmo não é um privilégio: é um direito', que a mulher é 'responsável por seu próprio prazer' e a importância de 'familiarizar-se com seu próprio corpo e com as maneiras como ele recebe melhor os estímulos sexuais'"
(Moraes 1979:76)

Questionam também os preconceitos relativos a virgindade, bem como as normas, formas e locais destinados ao ato sexual, tendo como princípio que o fundamental é uma relação satisfatória, onde o marido possa "compartilhar com a esposa os mais profundos desejos e fantasias" (Moraes 1979). As situações de gravidez, aborto, anticoncepcionais, não são mencionados, o que pode constituir-se em agravante de uma situação que já ultrapassou mais de 2 milhões de abortos clandestinos anuais no país, segundo dados da ONU (Moraes 1979).

Essas revistas reforçam, também, os modelos de natureza, determinando os comportamentos masculinos: - força, ousadia, atividade e, femininos: - fragilidade, emocionalidade, passividade, etc. Essas informações vêm como científicas, justificadas nas diferenças biológicas entre os sexos. FLÁVIO GIKOVATE, um psicólogo consultor da revista "Mais", explicita, claramente, esse tipo de pensamento:

"... segundo penso, a necessidade de realização profissional para o homem está mais íntima e profundamente relacionada com a sua natureza do que na mulher. Corresponde a um elemento naturalmente mais agressivo e competitivo presente no homem, do mesmo modo que nos machos dos mamíferos em geral... na mulher, a beleza e a sensualidade são fontes de auto afirmação tão importantes quanto o traba-

Lho..."

(*Moraes 1979:81*).

A citação acima reforça os estereótipos colocados no biologismo e, ainda reduz a sexualidade da mulher ao desejo do homem, quando diz que essa sexualidade só é despertada se a mulher sente-se desejada pelo homem. Esse desejo é centrado no seu visual. Dessa forma, nem o desejo da mulher é seu, sendo "doador" pelo desejo do homem.

Esse tipo de pensamento que enquadra a mulher na posição de objeto vem resguardado por um certo poder: representa uma área de conhecimento bastante considerada hoje: a Psicologia, não se fazendo filtragens de tipo de Psicologia que está sendo representada. GIKOVATE coloca, também, na mulher, principalmente no movimento feminista, a culpa pelo aumento do homossexualismo, na medida em que as atitudes reivindicatórias, mais ousadas, das mulheres "intimidam certos rapazes mais sensíveis, que por esse motivo buscam o homossexualismo.

Atualmente há grande publicidade em torno da sexualidade, com discursos liberais e liberados, havendo uma erotização do social. Os corpos são cuidados através de diversas técnicas de ginásticas (há uma enorme proliferação de academias) buscando corpos perfeitos, a estética, o sensual. No entanto, a repressão sexual continua sendo exercida sobre homens e mulheres, embora, segundo ALVES e outras (1981), vivenciada de forma diferente pelos dois sexos: no homem se reprime uma sexualidade reconhecida enquanto na mulher, esse controle é mais profundo, porque é exercido sobre uma sexualidade negada.

3. MULHER E TRABALHO

O trabalho feminino tem sido objeto de interesse dos vários saberes, tanto na sua versão doméstica tradicional como na sua versão mais atual na esfera pública.

A princípio, somente a esfera privada estava ligada à imagem da mulher conforme se atesta no discurso higienista do século passado.

"... A mulher (...) não é feita para figurar no liceu ou no pântico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o encanto e o doce laço da família..."
(Costa 1979:239).

Esse tipo de construção destinava à mulher o trabalho doméstico que se desenvolve em dois níveis: o trabalho para a manutenção da casa em funcionamento e o trabalho de gestar, criar e educar o filho.

Apesar de fundamental à sociedade, esse trabalho doméstico tem sido cada vez mais desvalorizado, principalmente, a partir da revolução industrial, que desloca o centro de produção da esfera privada para a pública. Até então, a família existia como unidade de produção e, para SAFFIOTI (1979), nesse sistema econômico, a mulher e a criança tinham papel importante, não havendo diferenciação entre o trabalho masculino e feminino.

Com esse deslocamento há uma "divisão sexual" do trabalho: ao homem cabe o trabalho fora do lar, remunerado, e à mulher o trabalho no lar, sem remuneração. Essa divisão transformou-se, posteriormente, em natural, sendo portanto, incorporada à natu-

reza feminina sob a capa de vocação, tarefa ligada, visceralmente, à mulher, mantida e reforçada cuidadosamente pelo social.

A essa divisão corresponderam conceitos valorativos. Assim o trabalho do homem, considerado produtivo, é valorizado; o da mulher, executado no âmbito doméstico, é desvalorizado. Segundo MORAES (1979) essa desvalorização decorre do fato de realizar-se "fora do processo capitalista de produção e circulação de mercadorias", tendo, dessa forma, valor de uso e não de troca. Não é considerado atividade produtiva, pois se dirige ao lar, não produzindo bens.

O trabalho doméstico é, então, vivido pela mulher como fazendo parte de um destino do qual não se pode fugir. Não é portanto desejado e nem buscado, constituindo-se em uma herança do feminino. A desvalorização social do trabalho doméstico está interiorizada nas próprias mulheres que se consideram menores quando dedicam-se a essas tarefas. Sentem-se alienadas, insatisfeitas, não participantes e são assim consideradas pelo social, abrangendo homens e mulheres.

"... conforme existe atualmente uma mentalidade entre os homens mais evoluídos, não?, de que a mulher que não trabalha, a mulher doméstica é um saco... e tem um preconceito cultural com determinado tipo de mulher, entende? Então pra ele é assim importante que a mulher dele trabalhe, que participe daquilo. Nem que seja pra ele mostrar pros amigos".

(Alves e outros 1981:233).

Atualmente o trabalho fora do lar, para a mulher, ganha força num discurso moderno. É colocado como fator de realização

e condição indispensável para sua libertação. Por outro lado é vivido com uma certa ansiedade na medida em que envolve um rompimento com construções e modelos do feminino, já conhecidos. Nessa nova construção a mulher tem um papel ativo, independente, assumindo a sua história. Porém este modelo é acrescentado às demais funções que ela exerce, gerando, por vezes, conflitos de papéis, tanto pelo excesso de tarefas como pelas diferenças entre os vários discursos que envolvem a mulher.

Embora hoje o trabalho feminino seja incentivado por diversos setores da sociedade, LAFARGUE (1982) coloca que no início, quando mulheres da pequena burguesia enfrentaram o mercado de trabalho, as reações da sociedade foram contrárias a essa iniciativa. Os intelectuais, na tentativa de reverter essa situação usaram de razões científicas como menor dotação intelectual, cérebro menos pesado, musculatura mais frágil e menos resistente que a do homem, falta de habilidade para competir com ele em uma carreira, etc, tentando mostrar à mulher que a saída do doméstico era uma "violação às leis naturais e históricas".

Hoje a situação é inversa e atendendo a esse discurso inovador há um número considerável de mulheres que se lançam no mercado de trabalho.

Para CHIRIAC e PADILHA (1980) mesmo a mulher que fica em casa, já não fica da mesma forma que antes, porque é considerada uma força de trabalho potencial, sujeita aos interesses do capital, que a levam a ingressar, ativamente, no mercado ou permanecer como mão-de-obra de reserva, segundo suas necessidades.

Essa manipulação da mulher, enquanto força de trabalho,

ficou bastante clara na segunda guerra mundial, quando houve um incentivo ao trabalho feminino por necessidades econômicas. Fim da guerra, fez-se necessário provocar o seu retorno ao lar, com a finalidade de reincorporar ao mercado de trabalho o homem que voltava da guerra.

Segundo SAFFIOTI (1979) entre 1900 e 1960, foi reduzida a participação da mulher no mundo do trabalho, aumentando o número de mulheres que se dedicam às tarefas domésticas.

Já BARROSO (1982), coloca que a partir da década de 50, houve expansão para o emprego feminino; no entanto, essas oportunidades limitavam-se a poucas ocupações, geralmente, nos postos baixos da hierarquia ocupacional, onde os salários e condições de trabalho não são os melhores. Para ela, a participação da mulher no mercado de trabalho, também, aumentou nas últimas décadas, embora, pequena em comparação com a participação masculina. Em 1976 existiam 29% de mulheres economicamente ativas contra 72,2% de homens, sendo, essa participação, maior nos centros urbanos, variando bastante segundo a região, o nível de industrialização e o aproveitamento da mão-de-obra masculina.

Embora, o ingresso da mulher no mercado de trabalho e seu acesso à universidade, constituam fatos reais, não provocaram grandes mudanças na sua posição. A grande maioria aspira às profissões femininas, mantendo a dicotomia: Ciências Humanas para as mulheres e Ciências Exatas para os homens. No mercado de trabalho prevalece a discriminação. Essa discriminação é percebida na própria "distribuição" de profissões. Há uma "sexualização" das profissões, sendo que as consideradas femininas como Psicologia, Serviço Social, Biblioteconomia, Artes, Peda-

X

gogia, Letras, História, etc, caracterizam-se por serem mais mal remuneradas e possuírem mais baixo prestígio. Uma pesquisa feita por SANTOS (1982), com mulheres de nível universitário, em quatro empresas públicas de São Paulo, confirma essa situação discriminatória. As profissões femininas da empresa: Psicologia, Biblioteconomia e Serviço Social, tinham, realmente, os pesos salariais e níveis de promoção mais baixos, dos planos de classificação de cargos e salários.

Madeleine Guilbert (Saffioti 1979), revela em suas pesquisas, que as mulheres são colocadas em tarefas de menor prestígio, mais repetitivas e fragmentárias e que, mesmo quando o nível da mulher e do homem é igual, a remuneração da mulher é inferior. Essa situação é retratada num relato de mulher:

"É uma teoria que eu constato cada vez mais é que as mulheres, com a mesma formação que o homem, com as mesmas funções, ganham muito menos... Em quase todas as ... talvez excetuando a médica de criança, a pediatra, talvez a dentista... as outras profissionais, que voce trabalha em empresa com o homem, em geral homem tem mais vantagens e tem salários mais altos sim.

(Alves e outros 1981:183).

BARROSO (1982), também confirma essa situação, declarando que o salário da mulher é sempre inferior ao do homem, mesmo em profissões onde o número de mulheres é maior como na "categoria de professores, nas ocupações domésticas remuneradas e nas de serviços". A mulher raramente ocupa cargos de chefia, sendo segregada em vários "guetos" ocupacionais. A maior concentração de mulheres está no magistério. No entanto, quanto mais ele-

} X

vado o nível de ensino, menor o número de mulheres no corpo docente. Assim, a vocação para educador é "concedida ou retirada de acordo com o prestígio social e econômico". BARROSO atribui ainda, a menor oferta de trabalho, os baixos salários, etc, ao fato de que a mulher é responsável pelo doméstico, considerado prioritário em sua vida. No entanto, não são tomadas providências coletivas para criar uma infra-estrutura que possibilite o exercício de uma profissão, sendo ela a "única responsável pelo bem estar" de toda a família. A falta de infra-estrutura reflete-se na sua participação no mercado de trabalho, que é mais intensa até os 25 anos, começando a declinar a partir daí com o casamento e a maternidade. O menor número de mulheres casadas trabalhando, é explicado pela posição da mulher na família, preconceitos da empresa com relação à mulher casada, baseados na crença de que esse tipo de trabalhadora é menos assídua e pela proteção legal à mulher, por ocasião da maternidade.

A sexualização das profissões também é um fator que reduz as oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres, assim como o avanço da tecnologia que exige mão-de-obra mais qualificada. O acesso da mulher a essa formação mais especializada é dificultado pelos obstáculos colocados no mundo do trabalho e pelas suas funções domésticas que a levam, às vezes, a interromper os estudos.

Assim as diferenciações em nível de prestígio e salário ou de distribuição de empregos são explicadas através de duas vertentes: pelo sistema capitalista e seu jogo de mão-de-obra excedente e menos valia e pela compatibilização entre carreira profissional e tarefas domésticas, o que deriva em menor especiali-

zação, transitoriedade de sua atividade ocupacional e menores salários.

Essa discriminação é vivenciada e explicada de formas diferentes pelas mulheres. Segundo depoimentos, parte dessa discriminação quanto ao trabalho feminino fundamenta-se nos seus próprios sentimentos, nos preconceitos:

"Se voce relaxa em relação ao preconceito voce consegue produzir. A ausência desse bloqueio na tua cabeça te coloca mais corajosa. E mais petulante até".

ou as mulheres, por viverem o seu trabalho como suplementar, justificam-se dessa forma:

"... se contentam com uma função pela qual não tenham que brigar ou que não tenham que brigar para mantê-la"

(Santos 1982:52-53).

Assim, essas discriminações não são muito assumidas; são atribuídas às outras mulheres, outras situações; ou vivenciadas como proteção:

"... eles querem me proteger dessa maneira, então não me dão tarefas assim" ou

"... eu me sinto protegida pelos caras que convivem comigo: me poupam de discussões enquanto se tratam entre si de uma maneira mais dura..."

(Santos 1982:53).

Blay (Neto 1980) também coloca que um dos fatores res-

ponsáveis pela discriminação da mulher, principalmente, da mulher casada, partiria dela própria, como decorrência de todo o seu processo de socialização e incorporação dos papéis a ela destinados. Assim, mãe de filho pequeno não deve trabalhar, dentro do modelo de dedicação integral da mãe. Percebe-se o peso da construção social nessa postura de não lutar, não se afirmar, não ir contra o homem, seguir modelos. Essas posturas têm raízes profundas na repressão dos desejos e expectativas manifestados no decorrer do desenvolvimento dos indivíduos. Há pois todo um social referendando essa situação, e que gera contradições, na medida em que, se por um lado inculca na mulher uma série de valores de papéis, por outro cobra dela, no mundo do trabalho, uma postura masculina, discriminando-a pelo fato de ser mulher e as conseqüências que podem advir daí. Isso é percebido através do depoimento de um chefe de recursos humanos:

"As empresas particulares não devem ter tantas mulheres como aqui, porque elas se preocupam com a produtividade. Mulher falta muito, quando acaba o expediente corre logo para casa, se o filho está doente vai embora..."

(Santos 1982:62).

A função reprodutora está sempre em pauta na consideração da mulher enquanto trabalhadora, pesando na valorização do seu trabalho, como se ela não tivesse muito compromisso e envolvimento com ele, como se pode depreender do relato acima. Aqui se instala uma contradição: a necessidade de ser boa mãe, dentro do discurso vigente, e a negação desse fato na consideração da mulher trabalhadora, colocando os papéis de mãe e trabalhadora co

mo possibilidades antagônicas.

SANTOS (1982) percebe essa cisão em suas entrevistadas: o quanto a mulher sente necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre profissão e identidade sexual; o quanto a carreira profissional questiona essa identidade feminina e o quanto de escamoteação desse feminino tem que existir para que a mulher sintasse aceita, colocando-se quase como homem; como o demonstram os relatos abaixo,

"Eu me dou melhor com homem do que com mulher"... Ou: "Converso com meus colegas de igual para igual, de homem para homem"...

Ou ainda: "O maior elogio que meu chefe me fez foi dizer que me considerava como homem".

(Santos 1982:52).

Para poder trabalhar, a mulher tem que criar uma infraestrutura particular, que abrange da empregada doméstica aos familiares. Pretensamente mais livre, porque participa do mercado de trabalho, tem que deixar em seu lugar, via de regra, uma outra mulher cuidando do seu doméstico, mantendo assim a dicotomia público-privado, reforçando como função feminina o cuidado com as crianças e o estereótipo social: mulher ligada ao doméstico. A existência da empregada doméstica (em termos de Brasil) além de criar vínculo de dependência, camufla a desigualdade de papéis homem-mulher no lar.

De um outro ponto de vista, essa possibilidade de ter alguém que cuida da casa, leva a mulher a não se unir enquanto

sexo, exigindo o cumprimento da lei que obriga o funcionamento de creches nas empresas a partir de 30 funcionárias.

Sem infra-estrutura adequada e executando uma dupla jornada, ainda assim não há modificações significativas na "hierarquia doméstica dos sexos". (Santos 1982), cabendo à mulher as responsabilidades da casa. Na empresa, ela dá sempre preferência a promoção do marido em detrimento de sua própria (caso trabalhem na mesma empresa); permite que decidam sempre por ela: "não vou te por para viajar porque o teu marido não vai gostar"...

Em uma pesquisa sobre papéis familiares, SALEM (1980) constata a diferença do discurso masculino e feminino com relação ao trabalho. Para a mulher ele é vivido muito mais como algo "de fora", enquanto para o homem, ele é interiorizado e fundamental à sua identidade. As mulheres pesquisadas, classe média alta, viam no trabalho uma extensão do seu papel materno, uma forma de ajudar o marido ou os filhos, "dar-lhes bons exemplos". Trabalhavam até gratuitamente, não se apropriando do trabalho como seu, para sua realização e crescimento como pessoa

"Sua atividade fora do lar é sempre retraduzida para compor com aquela de desempenhada no lar: por meio desse mecanismo, o papel da mulher no domínio público é reincorporado a seu papel no domínio privado".

(Salém 1980:63).

Nos filhos há uma ligação entre estudos-atividade profissional atual e atividade profissional futura. Eles se vêem como provedores, incorporando a ideologia da produtividade. As filhas, têm no trabalho um meio de alcançar a independência finan-

ceira, não havendo nenhuma ligação entre o que fazem agora e a futura profissão. Não vêem a profissão como algo que vai lhes possibilitar a sobrevivência. Pensam em ser sustentadas, colocando-se como seres passivos frente ao homem forte e dominador. Pensam também, assim como suas mães o fizeram, em abandonar o trabalho quanto tiverem filhos. Porém, há indícios de mudanças entre atitudes de mães e filhas no que diz respeito às expectativas atuais com relação ao trabalho. Se para as mães este era vivido quase como extensão do papel materno, o doar-se, para as filhas é vivido como uma forma de romper com elos de dependência, o que caracteriza uma busca de identidade própria, que poderia se constituir em matriz de outras mudanças.

No entanto, o trabalho fora para a mulher é, ainda, na maioria das vezes, motivado por necessidades econômicas. Segundo SAFFIOTI (1979), nos Estados Unidos, há hoje uma grande porcentagem de mulheres que não escolhem profissões, mesmo aquelas tradicionais como enfermeira, professora, assistente social, preferindo empregar-se, temporariamente, em empregos como secretárias, vendedoras, etc, com objetivo de fornecer ajuda econômica à família numa situação em que fica mais fácil deixar o emprego. BARROSO (1982), retrata situação semelhante no Brasil: pela falta de infra-estrutura adequada, a opção da mulher acaba sendo por cursos "flexíveis" mesmo que tragam como consequência um subemprego: professora particular, interprete, secretária, jornalista, professora, recepcionista, pesquisadora, etc. Também é comum entre as mulheres a escolha de profissões paramédicas ou assistenciais, ligadas à educação, e conseqüentemente à imagem do feminino.

A realização profissional ainda hoje parece não ser considerada importante pela mulher e o trabalho, geralmente, é vivido como algo externo, sem nenhuma conexão consigo própria, cabendo à mulher interrompê-lo numa situação de "urgência doméstica". Quando ele tem como finalidade completar a renda familiar, reforça-se a saída da mulher para o mundo externo; o mesmo não acontece quando o trabalho é buscado "apenas" para sua realização pessoal, colocando-se nesses casos, discursos sobre a falta que a mãe faz, a importância de sua presença acompanhando o desenvolvimento dos filhos.

Quando a mulher rompe com essas barreiras, busca uma profissão e se especializa, pode fazê-lo por vários motivos: pela necessidade de uma valorização social, fugindo às tarefas domésticas ou visando a realização pessoal. Esses motivos vão influir nas escolhas dos cursos, bem como na sua postura frente ao mercado de trabalho.

A pesquisa de SANTOS (1982) revela a ambigüidade presente nessas escolhas profissionais e na vivência das profissões. Mostra que embora o trabalho fora amplie os horizontes da mulher, reduza o seu confinamento doméstico, na realidade, esse trabalho constitui-se num "domiciliar ampliado". Ela continua sofrendo discriminações e seu trabalho, quase sempre, reveste-se de tarefas repetitivas e rotineiras, dando pouca margem à criatividade, apresentando, em nível de rotina, pouca diferença do trabalho caseiro, embora sob outros aspectos, se diferencie bastante.

Nas empresas pesquisadas o acesso das mulheres aos cargos de chefia é dificultado por três motivos principais:

- preferência de chefia ao homem porque este é considerado sem-

pre cabeça-de-casal, responsável pela manutenção da família.

- relutância do homem em aceitar um comando feminino, vivenciando esse fato como um retrocesso à sua independência da figura feminina, "alcançado com a maturidade".
- questão de ordem moral, onde as esposas dos chefes não veriam com bons olhos outra mulher em contato frequente e igual com seus maridos.

"Se eu te pusesse como Chefe - disse o meu chefe - eu teria que viajar com voce e sei que minha mulher não ia gostar"

(Santos 1982:46).

As mulheres pesquisadas, por SANTOS (1982), pela incorporação dos valores sociais, vêem as situações discriminatórias como naturais, não levantando nenhum questionamento, nem lutando para mudar esse estado de coisas. Preferem assessorar que ter cargo de chefia; preferem "secundar" o homem como no doméstico. As chefias são vistas como cargos dinâmicos, agressivos e aí entra, novamente, a concepção de natureza masculina e feminina: chefia combina com o masculino não com o feminino que possui uma "natureza mais delicada".

DURHAM (1982), afirma, inclusive, que o grande conflito que a cisão entre público privado parece trazer, está, justamente, no fato de inserir a mulher nessas duas esferas, onde ela vivencia as ambigüidades e contradições da sociedade: na esfera pública percebe-se igual enquanto indivíduo, vivenciando, por outro lado, na esfera privada, uma série de desigualdades e dis-

criminações.

Percebe-se, também, desunião entre os sexos enquanto trabalhadores. Segundo MACHEL (1982), o que se vê hoje, no mundo capitalista, através de manipulações ideológicas, é a criação de antagonismos entre homens e mulheres que ficam, assim, divididos e fragilizados frente à "sociedade exploradora". Desgastam-se numa luta entre si que não vai trazer nenhuma modificação nas suas condições de trabalhadores, além de ajudar a manter as desigualdades e discriminações que ainda fazem parte do cotidiano da mulher, no lar ou no mercado de trabalho.

4. O PAPEL DO FEMINISMO NA HISTÓRIA DA MULHER

O feminismo caracteriza-se pela organização de mulheres que não se permitem mais serem vistas como seres desvalorizados, discriminados, buscando uma situação de maior igualdade no social, objetivando conseqüentemente mudanças nos papéis tradicionais da mulher.

Organizam-se em grupos onde expressam suas vivências, refletem sobre suas experiências, discutem as discriminações sofridas, procurando soluções. Surgem, desse convívio, sentimentos de solidariedade e força.

O feminismo tem como proposta evitar a fragmentação dos indivíduos:

"busca repensar e recriar a identidade do sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados e onde as qualidades "femininas" ou "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade.

(Alves e Pitanguy 1984:9).

Que o homem possa dar vazão à sua emocionalidade, vivenciando-a e que este não seja um fator de desvalorização para homens ou mulheres; que as diferenças entre os sexos não tragam como conseqüência situações de opressão em quaisquer das esferas, pública ou privada. A mulher se pretende dona de seu corpo, de sua sexualidade, do seu "destino", o que produz uma mudança total nas relações sociais, nos papéis, nos valores existentes.

Para LUCY IRIGARAY, o feminismo é visto através da necessidade de cada mulher encontrar seus objetivos mais imediatos:

"... Segundo seu país, sua profissão, sua classe social, sua vivência sexual, isto é, a forma de opressão que lhe é mais imediatamente insuportável".

(Neto 1980:29).

O movimento feminista vai ter, portanto, suas próprias especificidades segundo a sociedade, o momento histórico vivido, a classe social onde manifesta-se, daí falar-se, muitas vezes, de feminismos. Nesse trabalho, o termo é usado no singular, tentando falar da significação geral do feminismo.

A principal reivindicação feminista diz respeito à situação de opressão da mulher. Para BEAUVOIR (1980) a SHU LAMITH FIRESTONE (Franchetto 1981), a opressão feminina encontra substrato em sua função de reprodutora da vida, enquanto que para E. REID, (Franchetto 1981) essa opressão está ligada ao sistema econômico que, circunscrevendo a atuação da mulher a espaços estreitos, impede sua realização como indivíduo, dentro de um sistema produtivo. Decorrente de sua natureza biológica ou de um sistema econômico, em nível de literatura feminista, esta opressão parece ser um fato comum, tido como universal. No entanto, a antropologia começa a discutir a questão da universalidade dessa opressão, mostrando a necessidade de relativizar esse conceito. Propõe o estudo das relações econômicas e sociais, dos papéis e funções encontrados dos simbolismos existentes em cada sociedade, e a partir daí, pensar na opressão feminina, suas causas, bem como as possíveis soluções que podem ser particulares, dentro de um determinado contexto. Embora existam semelhanças de sociedade para sociedade, cada uma apresenta características específicas no que diz respeito à mulher, não se

podendo falar da opressão feminina de forma generalizada, como o demonstra a história da mulher.

4.1 HISTÓRIA DAS REIVINDICAÇÕES FEMININAS

Na maioria das sociedades conhecidas verifica-se que a mulher é colocada em posição desvalorizada frente ao homem.

Assim, na antiga Grécia segundo ALVES e PITANGUY (1984), a mulher tinha como função básica a reprodução e criação dos filhos além da responsabilidade pela fiação, tecelagem e alimentação. Não tinha acesso ao mundo intelectual, que era valorizado e reservado aos homens.

Na sociedade romana a relação homem-mulher também era de domínio e submissão, cabendo ao homem o poder sobre mulheres, filhos, servos e escravos. No entanto, para BEAUVOIR (1980), a mulher romana tinha uma atuação maior na sociedade, sendo a responsável pela educação dos filhos, compartilhando com o esposo, seu trabalho e preocupações, além de fiscalizar o trabalho dos escravos.

Na Germania e na Gália, a situação da mulher é definida por ALVES e PITANGUY (1984) como mais igualitária, onde a mulher possuía as mesmas prerrogativas que os homens.

Na Idade Média, até o século XIII, a participação da mulher no social era relativamente grande, assumindo os negócios da família na ausência dos homens, exercendo profissões ditas masculinas como carpintaria, serralheria, etc, embora o mais u-

sua fosse tecelagem, costuras, bordados, tarefas femininas.

Nessa época as mulheres eram consideradas "capazes" de gerir seus próprios bens.

ALVES e PITANGUY (1984) assim como ARIËS (1981) colocam o século XIV como um marco, a partir do qual a mulher começa a perder sua importância na sociedade, tendo sua autonomia limitada. No entanto, ainda nesse século, registrou-se a existência de mulheres estudando Medicina e Direito em Frankfurt e em Bolonha. Na França, surgiu Christine de Pisan, "primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte", considerada uma das primeiras feministas, cujo discurso postulava a igualdade entre os sexos, a necessidade de uma educação igualitária estendida a homens e mulheres, condenando a dupla moral que julgava diferentemente comportamentos masculinos e femininos.

Nos séculos XVII e XVIII, nos Estados Unidos surgem novas idéias que propugnam mudanças na organização social do país, afirmando-se os princípios liberalistas. No entanto, as mulheres, os negros e os índios, ficaram à margem dessa idéia de igualdade, sendo os fatores biológicos justificativas para essa marginalização.

Na França, embora algumas mulheres se destacassem no campo intelectual, não possuíam nenhuma força política que provocasse mudanças nos seus papéis e condições. Segundo BEAUVOIR (1980) dentro do ideal democrático alguns filósofos como Voltaire, Diderot, Condorcet, etc, manifestavam-se a favor das mulheres, alegando que a situação de inferioridade em que elas eram colocadas devia-se às condições que lhes eram oferecidas pela so

cidade, sendo portanto, produto de sua educação. No entanto, nessa mesma época, haviam correntes contrárias a esse pensamento, como, por exemplo, Rousseau que afirmava ser a mulher destinada ao marido e à maternidade, devendo "ceder aos homens e suportar-lhes as injustiças" (Beauvoir 1980).

Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft denuncia as idéias de Rousseau no que diz respeito à mulher, reivindicando oportunidades iguais, de acesso ao conhecimento. (Alves e Pitanguy 1984).

As primeiras reivindicações femininas, como movimento organizado, aconteceram nos Estados Unidos, França e Inglaterra, na 2.^a metade do século XVIII. Reclamava-se igualdade de direitos e deveres às mulheres, questionando a opressão da qual eram vítimas, bem como, a diferenciação de educação e conhecimentos segundo o sexo. Essas reivindicações produziram reações como na França, onde em 1795 a Assembléia Nacional promulgou o seguinte decreto:

"Decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número maior que cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranquilidade pública retorne à Paris".

(Alves e Pitanguy 1984:35).

Estava sendo posta em prática a visão "rousseauiana" de que o lugar da mulher era o recinto privado, diminuindo a sua possibilidade de atuação na esfera pública.

O século XIX traz mudanças, principalmente no mundo do trabalho, retirando a mulher cada vez mais, do recinto doméstico para a fábrica. No entanto, sua situação não havia mudado. Recebia menores salários que os homens em tarefas menos qualificadas, em péssimas condições de salubridade (Alves e Pitanguy-1984).

A partir dessa situação de penúria, surgem as lideranças femininas entre as operárias, rompendo o silêncio que envolvia mulher, levando suas reivindicações à esfera pública, organizando-se em associações femininas, que datam de 1848, associando-se aos sindicatos, embora que lentamente.

A luta pelo voto feminino outra reivindicação das mulheres, segundo ALVES e PITANGUY (1984), foi iniciada nos Estados Unidos em 1848, constituindo-se num movimento político importante na medida em que mobilizou um grande número de mulheres em vários países do mundo. Nos Estados Unidos, o direito do voto foi conseguido em 1920, após uma luta que durou 72 anos. Na Inglaterra o direito do voto sem restrições foi conquistado em 1928, após mais de 60 anos de luta, envolvendo episódios violentos, prisões, greves de fome etc.

Segundo BEAUVOIR (1980), na França, a campanha sufragista também foi longa, sendo que em 1932 o Senado rejeitou uma emenda que dava direito de voto às mulheres sob alegações do seguinte teor:

"gostamos demais das mulheres para deixá-las votar" ou a mulher "governa os homens sem necessidade de cédula eleitoral"; "O lugar da mulher é em casa; as discussões políticas provocariam a discórdia no lar"; "votar é uma obrigação, não um direito, as mu-

*lheres não são dignas desse dever",
etc.*

(Beauvoir 1980:160).

O direito do voto foi concedido às francesas em 1945.

O movimento feminista na Alemanha começou em 1848 com Louise Otto. Obtiveram, após a primeira guerra mundial, o direito do voto, participando da vida política do país. A mulher alemã adquiriu maior independência com relação ao homem, embora, dependesse grandemente do Estado, principalmente, no que diz respeito à função da maternidade.

Na Rússia, o movimento feminista iniciou-se nos fins do século XIX. Em 1905, a mulher russa participava de greves políticas; na 1.^a guerra mundial teve papel militar e econômico importante, e a partir de 1917, houve ingresso maciço da mulher no processo de industrialização. Criou-se toda uma infra-estrutura de proteção à maternidade, respeitando-se a livre união, regulamentando o aborto, facilitando o divórcio. Havia igualdade de direitos entre homens e mulheres nos campos político, econômico, social, garantida pela constituição de 1936. No entanto, a participação da mulher russa na vida pública produziu interferências em sua vida familiar. A lei de 1941, embora reforçasse a de 1936, proibia o aborto e restringia o divórcio; o adultério passou a ser "condenado pelos costumes". Para BEAUVOIR (1980) a mulher russa, embora subordinada ao Estado e ao lar, tem participação e acesso à vida política e ao mundo do trabalho. PRADO, (1979) coloca essa situação acima descrita como conquistas reais da mulher russa; no entanto, essas conquistas também têm outra função que é a de mascarar o papel tradicional da mulher na fa-

mília. Segundo publicações de revistas soviéticas, o pensamento da mulher no que diz respeito à família, parece muito semelhante ao pensamento da mulher ocidental. Privilegia a família em detrimento de qualquer outra coisa, considerando-se responsável pela sua felicidade, preocupando-se em agradar aos outros, vendo-se muito pouco como ser individualizado. É importante assinalar aqui o peso da construção social da mulher voltada para a família como seu objetivo maior, mesmo no caso da mulher soviética, que tem uma participação ativa na vida política e econômica do país.

Nas décadas de 30, 40, as reivindicações das mulheres tinham sido de alguma forma atendidas. Sua participação no mercado de trabalho era bastante grande, principalmente, na época da guerra que exigiu liberação de mão-de-obra masculina. Com o fim da guerra e, conseqüente volta do homem ao mercado de trabalho, este novamente é fechado à mulher. Seu trabalho passa a ser visto como suplementar, enfatizando-se a diferenciação de papéis. Paralelamente há um incentivo ao seu papel doméstico: dona-de-casa esposa e mãe.

O movimento feminista ressurgiu na década de 60, caracterizando a luta pelos direitos da mulher, a partir da percepção de que, a maioria das mulheres demonstrava insatisfação, não se vendo realizadas, apesar de estarem sendo preenchidos os requisitos estipulados pela feminilidade para o "ser mulher: cuidado com a casa, com os filhos e marido"...

Nesta nova fase, o movimento feminista incorpora dois tipos de reivindicações: a igualdade nos campos político, trabalhista e civil e desmascaramento das construções culturais, acerca da natureza sexual do homem e da mulher, as quais consti-

tuem justificativas para a situação de inferioridade ou de diferenciação da mulher, nas várias culturas, nos vários estratos sociais.

Existem questões comuns, no que diz respeito à mulher nas diversas sociedades. Uma delas é sobre a manipulação da sexualidade feminina, de sua repressão e ligação com a reprodução, provocando, na mulher, uma ausência de controle de sua própria sexualidade, de seu prazer, de seus desejos, de sua opção pela maternidade ou não. Seu corpo, sexualidade, evolução, os métodos contraceptivos são envolvidos em desconhecimento, preconceitos e tabus como forma de controle sobre a sexualidade e reprodução, para atender às necessidades sociais: incentiva-se a maternidade caso seja necessário "dar filhos à Pátria", como em alguns países da Europa, ou são organizadas campanhas contraceptivas, caso as necessidades econômicas do país exigiam.

A área de saúde constitui uma outra preocupação do movimento feminista, propiciando à mulher informações sobre seu corpo, ciclos evolutivos, como menstruação, gravidez, pós-parto, menopausa, métodos contraceptivos, relações sexuais, doenças venéreas. Procura quebrar essa desinformação que cerca a mulher e, através do conhecimento, torná-la sujeito de suas ações e determinações. O movimento busca denunciar as ideologias impregnadas nas imagens de mulher veiculadas pelos meios de comunicação de massa, escola, família, religião, literatura, etc, que especificam comportamentos, atitudes, profissões, papéis diferenciados segundo sexo, via de regra, colocam a mulher numa posição de inferioridade, principalmente, no confronto com o homem na esfera pública.

Denunciam, também, as discriminações sofridas pela mulher em nível de mercado de trabalho, reivindicando salários, possibilidades e as mesmas oportunidades de formação, segundo o sexo, procurando estabelecer uma divisão mais igualitária de papéis domésticos entre o homem e a mulher, buscando relações mais simétricas.

São questionadas as raízes dessas desigualdades, consideradas criações históricas e, portanto, mutáveis, não sendo decorrentes de uma natureza biológica. Essas diferenciações "biológicas", na realidade, seriam comportamentos aprendidos através de uma socialização diferenciada que traz como conseqüências oportunidades de experiência diferente segundo o sexo, orientando-os para funções e papéis específicos estipulados em cada sociedade.

Contrariando essa natureza biológica feminina e masculina veiculadas na sociedade ocidental moderna, estão as pesquisas de Margareth Mead (1969) entre povos de culturas diferentes que têm comportamentos próprios, regras e divisões sexuais de trabalho diversos das nossas.

Na Nova Guiné, Mead não encontrou entre os Arapesh diferenças temperamentais ou intelectuais entre os sexos. Ambos apresentavam temperamentos passivo e maternal, identificados com a natureza feminina em nossa cultura. Não foram observados sentimentos de rivalidade entre homens e mulheres. Eles se complementavam, tendo como preocupação básica a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Outro povo estudado, os Mundugumor também não apresenta

ram diferenciação entre temperamento masculino e feminino. Homens e mulheres eram valentes, corajosos, independentes, competitivos dentro do modelo masculino, viril de nossa sociedade. Foi observada uma hostilidade "natural" entre os membros do mesmo sexo e a criança mundugumor era indesejada tanto pela mãe quanto pelo pai. O "instinto maternal" era manifestado de forma variada da que estamos acostumados a pensar.

Já entre os Tchambuli, outra cultura estudada, havia diferenciação de papéis e temperamentos segundo o sexo. As mulheres detinham o poder, sendo as cabeças da família, responsáveis pelo seu sustento. Eram figuras fortes; usavam cabelos rentes e sem adorno tomando sempre a iniciativa nas atividades sexuais. Eram solidárias entre si, e o homem tinha um papel secundário; este, era um artista, geralmente hábil em várias artes: dança, escultura, pintura, etc. Era vaidoso e preocupado com seu físico, sendo emocionalmente servil e dependente da segurança oferecida pelas mulheres. Homens e mulheres Tchambuli enquadravam-se, respectivamente, nos padrões femininos e masculinos de nossa sociedade.

Também pesquisas feitas por SACKS (1979) entre os povos Mbuti (Zaire) Pondo e Lovedu (África do Sul) e os Ganda (Uganda), apresentaram diferentes posições da mulher na sociedade. Entre os Mbuti, os Lovedu e os Pondo, a mulher possui um status social adulto em nível de vida pública, na medida em que suas produções são sociais. Entre os Ganda, a mulher dedica-se à produção doméstica e seu status é de esposa e tutelada, mostrando que, aí também, a maior valorização da mulher ou sua desvalorização parece relacionar-se ao fato da sua atividade estar ligada à área públi

ca ou circunscrita a esfera privada. SACKS, no entanto, coloca que o "status da mulher numa relação matrimonial parece variar; independentemente, de seu status numa sociedade mais ampla", o que não nos leva a concluir que a sua valorização, no social, implique, necessariamente, numa relação matrimonial igualitária.

ROSALDO (1979) também não encontrou uma divisão de trabalho muito rigorosa entre os Ilongots, (Filipinas) onde, embora a caça, exercida pelos homens, fosse mais valorizada que a colheita, responsabilidade da mulher, ambas, eram consideradas atividades complementares. Enquanto as mulheres colhem, os homens cuidam dos filhos. Esse movimento do homem em atividades domésticas parece levar a uma diminuição da sua figura de autoridade, minimizando as desigualdades sexuais, numa relação mais igualitária, onde homem e mulher completam-se, cooperam e não competem, permitindo à mulher participar da vida pública com poder de decisão.

Percebe-se a partir desses estudos a criação cultural e a manipulação dos papéis sexuais nas sociedades, refletindo-se não só no mundo do trabalho, como na construção da identidade homem-mulher, fornecendo substrato para as desigualdades encontradas em nossa cultura.

Embora essas construções culturais sejam desmascaradas em nível teórico, na prática, esse "discurso naturalista" dos papéis, das divisões sexuais está entranhado dentro de cada um e é retransmitido pelas próprias mulheres na criação dos filhos, sustentando um dispositivo mantenedor dessa situação.

4.2 MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL SÉCULOS XIX E XX

Registraram-se movimentos de mulheres a partir da segunda metade do século XIX no quadro da sociedade brasileira semi-patriarcal.

Esses movimentos tinham à frente mulheres que, descontentes com as condições femininas, com os papéis que lhes eram destinados, veiculavam sua insatisfação através de jornais editados por elas, principalmente, no Centro-Sul do Brasil. No entanto, essas mulheres com idéias novas, que não se restringiam a gerência da casa e cuidados com os filhos eram poucas. Dentre elas, tem-se notícias de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida em 1809 que lutava pelos direitos da mulher, sendo a primeira mulher brasileira a desenvolver esse tipo de luta, a partir de 1932, embora, não tenha criado nenhum movimento visando sua libertação. Outra mulher, uma argentina radicada no Brasil, Joana Manso Noronha, editora do "O Jornal das Senhoras", tinha por finalidade lutar pela igualdade entre homens e mulheres, contra a tirania exercida pelo marido sobre a esposa, para que a mulher deixasse de ser considerada boneca ou criança mimada, propriedade do homem. Um dos recursos utilizados foi o apelo à educação dos filhos, trazendo à baila o papel de mãe:

"A forma pela qual as mulheres poderiam ter outra influência que não seja sobre panellas' ou, 'outra missão são além das costuras, era através da 'educação de seus filhos', pois estes aprendiam com sua mãe as primeiras lições e os princípios morais".

(Hahner 1981:38)

Dessa forma, incentivava-se a "ilustração" para as mulheres, a importância de sua educação e libertação com a finalidade de dar-lhes melhores condições para exercer a "missão sagrada" de esposa e mãe.

Em 1862 surgiu um outro periódico chamado "O Belo Sexo", editado por um grupo de senhoras que tinham como projeto o desenvolvimento de uma consciência feminina.

Em torno de 1870, surgiram vários outros jornais em defesa da mulher e a tônica das mensagens variava entre apelo às "condições, necessidades e potenciais" das próprias mulheres, mostrando-lhes que era preciso acabar com a ignorância, com a situação de "utensílio doméstico" em que viviam, não mais apelando aos homens, ou à imagem da Virgem Maria, mas à consciência das próprias mulheres. Francisca S.M. Diniz, uma das redatoras do Jornal "Sexo Feminino" levantava a questão da dependência econômica como fator determinante de subjugação feminina, bem como a necessidade de sua educação.

Paralelamente a esse tipo de mensagens, haviam jornais, que, embora defendessem os direitos da mulher, ainda veiculavam mensagens bastante centradas no papel de mãe, na sua responsabilidade com a prole e no papel de esposa:

"... a profissão principal da mulher ainda era amar e agradar os homens, ser esposa e mãe, embora, não fosse essa sua única profissão".
(Hahner 1981:58).

Esse tipo de mensagem, embora apontasse outras profissões, dizia claramente qual era a principal, não propondo, na rea

lidade, nenhuma mudança.

Outros jornais criticavam rigorosamente o papel tradicional da mulher, sendo inclusive favoráveis ao divórcio e questionando o "princípio de autoridade" do homem. Pediam também a instrução superior comum a ambos os sexos e o direito de exercer as profissões escolhidas.

Embora esses jornais provocassem mudanças, essas eram lentas e não atingiam a totalidade das mulheres, na medida em que o próprio acesso às informações era dificultado pelo grande número de analfabetas. A participação da mulher em movimentos sociais também fazia-se de forma indireta, retratando sua posição secundária na sociedade. No movimento abolicionista, por exemplo, recolhia fundos para a campanha ou tocava e cantava nas reuniões. O discurso sempre pertencia aos homens.

No aspecto educacional, as mudanças também eram lentas. Segundo SAFFIOTI (1979), apesar do ensino primário ter sido estendido à mulher, desde 1827, através de um projeto de lei, este ensino era discriminatório quanto ao currículo e a qualidade dos professores, porque assentava-se na "destinação social da mulher" enfatizando aprendizagens ligadas a prendas domésticas. Embora, a mulher possuísse agora o direito à educação, essa educação era controlada, na medida em que os ginásios e liceus eram permitidos somente à população masculina. A partir de 1835, começaram a ser criadas escolas normais destinadas principalmente às mulheres com a finalidade de proporcionar-lhes formação profissional, além de prepará-las como donas-de-casa e mães; porém, essas escolas só vieram a funcionar com regularidade no fim do império. O baixo nível de instrução da mulher era defendido como fator de

preservação da família, em nome de necessidades morais e sociais. A diferenciação entre currículos para os rapazes e moças baseava-se em argumentações biológicas: atrofiamento do cérebro feminino por falta de exercício; consideração da mulher como menos inteligente do que o homem (seu cérebro era menos pesado). Além disso, o currículo feminino era mais atenuado porque

"... as moças poderiam adquirir atitudes defeituosas ou ser vítimas de moléstias, perturbações circulatórias ou respiratórias e congestão do cérebro e da vista"

(Barroso 1982:51).

A decantada fragilidade feminina servia de justificativa para tais argumentos. No entanto, desde a primeira metade do século XIX, as jovens de famílias de posses estudavam em casa com preceptoras europeias, ou em internatos que começavam a existir na Corte e em algumas capitais.

O acesso à educação superior deu-se muito mais tarde, no final do século. Somente em 1887, formou-se a primeira médica no Brasil, porém, como essa carreira era considerada masculina, o seu exercício era dificultado e sujeito a atitudes hostis, sendo bastantes reduzido o número de mulheres que aventuravam-se a esse tipo de profissão.

Por essa época, encenou-se no Rio de Janeiro uma peça de teatro intitulada "As Doutoradas", que descrevia a vida da mulher médica, casada, colocando situações de conflito entre profissão e casamento. No final da peça a médica renuncia à sua carreira, quando tem um filho, dizendo que este bastava-lhe para preencher sua vida.

X No final do século XIX ainda aceitava-se melhor o exercício de tarefas filantrópicas realizadas pela mulher, fora do lar, do que o exercício de uma profissão que invadia o "domínio masculino". No entanto, a preconizada emancipação feminina ampliava-se, trazendo em seu bojo uma novidade, que era não mais centrar os direitos da mulher no seu papel de mãe ou esposa, mas no fato da sua personalidade, lutando por direitos iguais ao homem. Inseria-se nesse contexto a luta pelo sufrágio feminino criando-se um projeto de lei que dava o direito de voto às mulheres, rejeitado pela Assembléia Constituinte em 1891.

Embora o marido e o pai ainda permanecessem como autoridade máxima, a quem a mulher devia sujeição, com o movimento feminista, descortinavam-se às mulheres oportunidades que ultrapassavam a casa, a família, o doméstico, reivindicando direitos políticos, alegando que elas poderiam ser, ao mesmo tempo, mães e cidadãs.

As reações masculinas fizeram-se sentir, tentando colocar de novo o lar como o lugar, por excelência, onde a mulher deveria reinar. Vemos que esse movimento, essa tentativa de levar a mulher de volta ao lar sempre retorna através de estratégias variadas e sutis no decorrer dos tempos, tendo no papel de mãe, ou na fragilidade do sexo, as justificativas para tal ato. X

Um deputado, Lacerda Coutinho, afirmava na Câmara dos Deputados em 1891:

"...as mulheres têm funções que os homens não têm; essas funções são tão delicadas tão melindrosas, que basta a menor perturbação nervosa, um susto, um momento de excitação, para

que se pervertam, e as consequências sejam muitas vezes funestas".
 (Coutinho in Hahner 1981:84)

O discurso prima pelo encobrimento do próprio discurso, não nomeando estas funções "tão delicadas", mas afirmando a sua consequência terrível, levantando novamente a questão da fragilidade feminina.

X No início do século XX a situação das mulheres nas metrópoles estava bastante mudada. Segundo HAHNER (1981) "Mulheres decentes" já eram vistas indo às compras sozinhas ou passeando pelas ruas do Ouvidor ou Avenida Central. Havia um clima menos opressivo. Com a industrialização houve mudanças a nível de sociedade, com novas oportunidades de trabalho para as mulheres nas fábricas, lojas, escritórios, rompendo com o isolamento em que a maior parte delas vivia. O próprio movimento de mulheres tornava-se mais aceito, não pela sua significação, mas porque, em vários países, era considerado "movimento respeitável", recebendo adesão de um número maior de pessoas entre homens e mulheres. Cada vez mais, mulheres de classe média e superior reivindicavam igualdade de direitos, principalmente, no que diz respeito ao voto e ao exercício profissional. Ao mesmo tempo, esse movimento era mais moderado, por isso, aceitável, na medida em que não ~~ch~~ia muito com os papéis domésticos, sem acarretar grandes mudanças nas relações familiares. O papel de mãe, o elogio ao lar, à família, à delicadeza e gentileza da mulher eram mantidos nessa luta pela emancipação feminina. No aspecto educacional também haviam mudanças, embora que de pequeno porte e lentas. Segundo SAFFIOTI (1979), até 1930, o número de mulheres nos cursos supe-

riores era bastante reduzido, concentrando-se nas Faculdades de Farmácia e em segundo lugar Medicina e Odontologia. X

X HAHNER (1981), inclui nessa relação as Faculdades de Direito e Engenharia como já sendo frequentadas por mulheres nessa época.

Em 1965, havia 20.282 homens para 6.890 mulheres que estavam concluindo seus cursos superiores. Foi nos últimos 15 anos, portanto, que aconteceu a grande procura da mulher pelos cursos superiores, sendo que sua escolaridade sempre envolveu preconceitos, na medida em que podia trazer transformações aos seus papéis, principalmente, o de dona de casa. (Neto 1980).

Segundo pesquisas de BARROSO (1982), feitas na década de 70, embora tenha havido expansão na procura do ensino superior pelas mulheres, essa procura está concentrada em determinadas carreiras, principalmente, as destinadas ao magistério secundário. Tanto na graduação como na pós-graduação a maior procura situa-se nas áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes, sendo minoritária a presença de mulheres nas áreas de Ciências Agrárias Exatas e Tecnológicas.

Percebem-se, também, mudanças em algumas carreiras que transformam-se de masculinas em mistas, como é o caso de Medicina. Isso acontece paralelamente ao assalariamento do médico, "que vem pouco a pouco perdendo o seu prestígio de profissional liberal". BARROSO (1982), conclue que o ensino formal, nos seus diversos níveis, embora propicie educação mista, e "igualdade constitucional" de oportunidades educacionais para ambos os sexos, continua a manter uma dicotomização por sexos em nível de car-

reiras e áreas de conhecimento, reforçando a situação existente, em função da própria socialização da mulher, de suas funções e da estrutura segregacionista dos empregos. X

Parece não existir nenhuma preocupação, nos currículos, de refletir sobre essa situação da própria educação, como reforçadora e mantenedora dos modelos sexuais tradicionais, embora no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, exista, atualmente, uma Comissão Feminina que tem como proposta discutir a Educação sob esse aspecto discriminador, procurando levar as professoras primárias, principalmente, a esse tipo de reflexão. No entanto, é algo embrionário, não tendo ainda forças para provocar mudanças no currículo do curso Normal, incluindo nele discussões sobre a situação da mulher, o que iniciaria um processo de conscientização da normalista, levando-a a uma mudança de postura na sala de aula.

X No que diz respeito ao movimento de mulheres no século XX, a primeira líder feminista desse século foi Bertha Lutz, uma bióloga, graduada pela Sorbonne. Através de concurso, entrou para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, exercendo aí alta função. É interessante um trecho da carta que ela escreveu em 1918, a Maria José de Castro Rebelo, que havia obtido o primeiro lugar, concorrendo a um cargo no Ministério do Exterior. Notam-se avanços em nível de propostas de participação política; no entanto, há quase que uma negação da vida instintiva da mulher, bem dentro dos padrões de feminilidade existentes. X A carta propõe:

"... uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos anima-

es do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ella".

(in Hahner 1981:140).

Bertha Lutz, tornou-se líder do "movimento sufragista brasileiro", que foi ganhando corpo e permitindo o surgimento de outras lideranças. No entanto, essas lideranças, também, não propunham mudanças radicais nem em nível político, nem em nível social. A esfera de interesses da mulher continuava girando em torno da família, educação, saúde, etc. Concordavam que o "domínio da mulher é o lar"; só ampliavam o sentido do lar, compreendido além do espaço de quatro paredes, além da casa... A campanha pelo voto feminino era encabeçada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922, com essa finalidade.

Em 1927, Juvenal Lamartine de Faria, candidato a governador do Rio Grande do Norte, apoiava o voto feminino e, mesmo antes de assumir, garantiu mudanças necessárias no código eleitoral do Rio Grande do Norte, sendo que em 1929, Alzira Soriano de Souza, elegeu-se prefeita do município de Lajes (Hahner 1981).

Em agosto de 1931, o governo de Vargas liberou um código eleitoral provisório que concedia voto limitado às mulheres: podiam votar as mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, ou mulheres casadas com a permissão do marido. A FBPF e outros grupos femininos, protestaram contra esse código.

Finalmente, a 24 de fevereiro de 1932, foi decretado um novo código que dava o direito do voto às mulheres, em igualdade de condições com os homens. Embora o direito do voto tenha si

do conseguido através das lutas de um grupo de mulheres, profissionais, estas representavam uma minoria dentro da população feminina brasileira. A maioria das mulheres ainda vivia em posições subalternas, sem instrução tendo seus horizontes limitados às quatro paredes do lar e como tarefa fundamental e, exclusiva, o cuidado com a casa e criação dos filhos.

Obtendo o direito do voto, o principal símbolo em torno do qual as mulheres se uniram o movimento feminino perdeu sua vitalidade, dividindo-se em facções. Poucas mulheres inscreveram-se para votar, sendo que as inscrições de mulheres, no Rio, no final de janeiro de 1933, atingia apenas, a 15% do total de inscrições.

Nas eleições de maio de 1933, Carlota Pereira de Queiroz, de São Paulo, foi a única mulher eleita. Nas eleições de outubro de 1934 Bertha Lutz, candidata pelo Distrito Federal, chegou a suplente, ingressando, em 1936, na Câmara dos Deputados, em função da morte de um deles.

Com o Estado Novo em 1937, acabou a participação das mulheres na política até 1945. As mulheres nomeadas por Vargas para comissões governamentais, consulados e delegações brasileiras no exterior foram destituídas de seus cargos.

No Brasil, as mulheres, não assumiram posição de liderança, nem na política, nem nos sindicatos, embora, fossem bem recebidas nesses últimos. Seu trabalho fora do lar sempre tinha uma certa ligação com o recesso doméstico, referentes à moral, família, saúde e educação.

A partir do Estado Novo a FBPF nunca mais readquiriu

força de organização.

Houve ~~em~~, ainda, no Brasil outros movimentos feministas de esquerda girando, principalmente, em torno de acontecimentos políticos. Entre eles pode-se citar a "União Feminina", fundada em 1934, e posta fora da lei em 1935.

Em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil, a FMB, com a proposta de dar unidade aos movimentos e associações de mulheres existentes nessa ocasião.

Para a construção dessa entidade houve debates, mesas redondas, procurando congregar mulheres dos vários estratos sociais, dando um cunho bastante realista às discussões. A FMB, participou, ativamente, de movimentos contra a carestia, a sonegação de gêneros alimentícios, pela anistia aos perseguidos políticos, pelos direitos da mulher. No início do governo de Juscelino Kubitschek, as atividades de várias associações femininas, entre elas a FMB foram suspensas. (Saffioti 1979).

Outro movimento, a Liga Feminina do Estado da Guanabara foi fundada a 21 de abril de 1960, tendo os mesmos objetivos das organizações precedentes, participando, ativamente, de várias manifestações, inclusive contra o governo Carlos Lacerda. Cessou suas atividades com a revolução de abril de 1964, em função de perseguição às suas dirigentes.

A partir daí, há uma desmobilização dos movimentos populares.

Em 1975, foi fundado em São Paulo o "Movimento Feminino pela Anistia". Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, foi promovida uma semana de debates sob as condições femininas em comemoração

ao "Ano Internacional da Mulher". Como consequência desse encontro foi fundado o "Centro de Mulher Brasileira", no Rio e em São Paulo, tendo a proposta de atuar como organização especificamente feminina. Começaram, então a ser criados grupos de reflexão; Jornais feministas dedicados a tarefas variadas como reflexões, publicações sobre saúde, sexualidade, direitos da mulher, legalização do aborto; criaram-se grupos de estudo discutindo-se as condições de trabalho, as desigualdades salariais, as necessidades de infra-estrutura, como a existência de creches, escolas etc. Também, são denunciadas violências sofridas pelas mulheres.

Para SAFFIOTI (1979), os movimentos feministas, por certo, levaram as mulheres a conquistar direitos antes negados. No entanto, esses direitos continuam no plano abstrato para a maioria das mulheres, no sentido de que "representam possibilidades a serem atualizadas a qualquer momento". De qualquer forma removem os "obstáculos legais". No entanto, ela levanta também a possibilidade de que essas conquistas possam camuflar o cotidiano "real", criando processos mistificadores, ambigüidades, que levam a mulher a uma postura mais passiva dificultando, conseqüentemente, o surgimento de uma consciência crítica que traga mudanças reais na prática.

Coloca, também, a necessidade do movimento feminista estar atento para não cometer equívocos em suas reivindicações. Cita, por exemplo, o Estatuto da Mulher, elaborado por Bertha Lutz, que tinha como finalidade aperfeiçoar o decreto nº 21.417 de 17.05.1932, o qual instituía o Código de Trabalho das Mulheres, através de medidas de proteção à maternidade, como período de amamentação, creches, etc. Ao lado dessas medidas admitia a redu-

ção do salário das trabalhadoras de empresa privada em gozo de licença especial. Acrescentava, também, algumas prerrogativas como dois dias de folga por mês para trabalhadora braçal e de balcão, sem perdas em seus salários; a introdução da semana inglesa e um descanso de 10 minutos em cada período de trabalho sem aumento de horário, prerrogativas essas que tornavam o trabalho, feminino "mais especial do que já é", na sociedade capitalista, tornando mais vulnerável e mais sujeita a expulsão do mercado de trabalho desse tipo de mão-de-obra. Também, criavam-se justificativas para oferecer menores salários às mulheres em troca desses privilégios.

Outra cláusula desse Estatuto referia-se a mulher que trabalhava no lar e que deveria receber 10% do salário do marido. Esta cláusula, segundo SAFFIOTI (1979), implicava numa "dupla espoliação": do homem, na medida em que retirava-se 10% de um salário que já não correspondia a sua produção, além de referir-se, apenas, a uma jornada de trabalho, não incluindo a trabalho da mulher, que é justamente o que lhe possibilita a vida de trabalhador. A mulher, também, seria explorada porque os 10% a receber não constituíam paga suficiente ao trabalho por ela desenvolvido, não compensando o seu alijamento do sistema produtivo. Esse Estatuto da Mulher não foi posto em prática.

O movimento feminista, embora tenha proporcionado ganhos à mulher, não é visto com bons olhos por um grande número de mulheres, sendo que definir-se como "feminista" é, geralmente considerado negativo à sua imagem profissional.

A pesquisa de SANTOS (1982), revela claramente as diferentes visões sobre o movimento feminista. Entre a maioria das

mulheres entrevistadas, ele é percebido como não pertinente, ou porque acham que está tudo muito bem, ou porque acreditam que a mulher será reconhecida, individualmente, através de seu trabalho, desde que tenha capacidade. Aí, inclusive, as próprias mulheres fornecem justificativas para as discriminações que ocorrem, como sendo consequência de incapacidade, colocando-se, no indivíduo, uma responsabilidade que é social, advinda da socialização e aprendizagens sofridas. Dessa forma continuam-se mantendo as situações de desigualdades entre os sexos.

Também, entram na visão do movimento feminista, concepções de que esse movimento é obra de "homossexuais", "revanchistas" ou "mal-amadas", que "querem ser mais que os homens". Um relato descreve essa situação

"... Eu estou bem, estou na minha, não me sobra tempo para essas associações - sou advogada, sou professora, sou mãe, sou dona de casa. Eu sou esposa, tenho que sair com meu marido, me divertir. Pode ser que se já egoísmo. E depois, o que acontece é que nessas associações só vão as mulheres frustradas; a solteirona, a mal amada. A mulher quando está numa boa não pensa em associações".
(Santos 1982:56).

Dessa forma, os problemas da mulher são desqualificados e vistos como pertencentes às outras mulheres.

Apesar de alguns equívocos dentro do movimento feminista, ele ainda constitui o espaço de reflexão da mulher sobre si mesma, onde se pretende a destruição de concepções sobre uma natureza feminina que abrange comportamentos como passividade, dependência, fragilidade, etc, encarando a mulher como uma catego-

ria socialmente construída.

Desse ponto de vista, mulher como construção social, não existiria "uma mulher e sim mulheres", vivendo em diferentes classes sociais e culturais. Na medida em que essas mulheres possam ter voz e seus espaços de participação garantidos, seus discursos deixarão de falar "sobre" para se constituir num falar "de" suas próprias necessidades, vivências, sentimentos. As mudanças vão ser buscadas a partir dos diversos contextos, das diversas histórias, da percepção de que qualquer mudança, envolve um processo de crescimento individual, é conquistada e não "doada", constituindo-se, nesse caso, em outro dispositivo de fragilização da mulher.

5. CONCLUSÃO

Um dos fatores motivadores desse trabalho foi buscar respostas ou explicações para a situação da mulher, para o fato de ela estar sendo, hoje, bastante explorada como objeto de conhecimento. Com esse propósito muito já se falou e se escreveu. Entretanto, apesar do grande acúmulo de dados sobre a mulher em suas diversas áreas de atividade, não aconteceram mudanças estruturais em sua situação, ficando muito clara a sua construção social através dos vários discursos: médicos, psicológicos, sociológicos, pedagógicos, etc.

É interessante assinalar que esses discursos acontecem num momento em que a mulher conquista alguns espaços como de profissional e, mesmo de mulher (se não utilizados ao menos vislumbrados); numa época em que começa a se perceber com opções no que diz respeito à maternidade, trabalho, e casamento.

Assim a mulher é construída, no seio das contradições forjadas por esses vários discursos. Criam-se modelos de conduta e múltiplas exigências, descontínuas, incorporadas, precocemente, através do processo de socialização se constituindo em vivências de duplicidade.

Essa duplicidade também se manifesta em consequência de fatores biológicos: a presença de dois órgãos sexuais, clitóris e vagina, o fato de ser do mesmo sexo da mãe, e a própria situação da gravidez que ocasiona um desdobramento. Essa duplicidade biológica tem seu correspondente psíquico nas identificações da maternidade onde a mulher se identifica com sua própria

mãe e com o bebê, revivenciando sua relação primária.

No plano social essa duplicidade aparece na imagem da mulher: glorificada e venerada como mãe e esposa no recinto doméstico e rejeitada como prostituta, a "outra" na esfera pública. São estes os dois modelos tradicionais construídos: ou se encaixa em um modelo ou noutro, não há meio-termo.

No papel de mãe a mulher é construída para dedicar-se ao filho e amá-lo ternamente. Essa construção é de tal forma pregnante que faz com que um grande número de mulheres sintam-se faltante, irrealizada caso não tenha tido filhos, não tenha atuado a sua capacidade maternal. O papel de mãe está entranhado na identidade da mulher, sendo vivido como parte de seu destino. Nesse papel o lar é transformado em seu reino onde a mulher, potencialmente, tem imenso poder, através da criação dos filhos: molda personalidades, introduz o filho na cultura, ensinando-o a comer, a vestir-se, as formas de relacionamento, a criação de hábitos higiênicos, etc, tendo uma possibilidade imensa de provocar transformações. No entanto, tal não acontece. Embora conhecendo a existência de todo um social, representado através das várias instituições que têm como finalidade levar a mulher a sentir-se menor e, conseqüentemente, não fazer uso desse poder, que são a ela pertence, atribuir toda responsabilidade a esse social é fazer uma análise incompleta. Cabe pensar até que ponto a mulher não obtém ganhos secundários dessa situação de quase tutelada: tem alguém que cuida dela, que a protege, que mantém sua dependência não precisando crescer, o que envolve assumir riscos, o desconhecido; assumir seus desejos, responsabilizando-se pelo seu destino, pela direção da sua vida.

Continua tendo um papai ou mamãe provedor transferido para a figura do homem, marido, chefe, amigo. Nesse contexto a maternidade, o papel de mãe de tempo integral não se constituiria em gratificação em si mesmo, mas num substitutivo, numa desculpa para manter-se dependente e protegida. Esse processo de independência envolve lutas, sofrimentos, um contato profundo com seu mundo interno, com suas defesas, com seus medos, suas limitações, ambigüidades, desejos.

[Colocar a culpa dessa opressão na sociedade, como algo externo, sem ver as implicações decorrentes da sua própria postura, é não enfrentar o novo, ficando, depressivamente, numa situação já vivida, mudando a linguagem, sofisticando discursos, sem alterar, fundamentalmente, nada.]

Há um reforço social em relação à manutenção da família dentro dos moldes tradicionais. WINNICOTT (1975) e DOLTO (1977) discorrem sobre a importância de uma família íntegra no crescimento e enriquecimento da personalidade dos indivíduos. DOLTO, inclusive, afirma que na elaboração do Édipo é importante a existência de uma família normal em que "o pai é quem comanda e está ligado por uma ternura amistosa à mãe", fato este que leva o filho a sublimar as pulsões que objetivam a conquista da mãe. Estabelecem, assim, um modelo de família desejável, que reforça o modelo existente.

[Outra questão que se levanta referente ao doméstico, diz respeito à permissão da mulher em dividir com o homem essa área. Até que ponto essa inserção do homem não é vista como invasão dos seus domínios e, conseqüentemente, divisão do seu poder. Essa di]

ficuldade de dividir é percebida nesse relato de mulher:

"... Sábado e domingo, ele nê? ajuda bastante em casa: ele arruma a casa, ele lava a louça, ele não cozinha por que ele não sabe mesmo... Quer dizer, eu acho que isso não é troço que só mulher tem que fazer não. Quer dizer eu não chamo isso de atribuição feminina, quer dizer, embora conceitualmente, nê? seja. Sabê, mas eu acho que é um troço que tem que ser feito pelo homem. Mas, por exemplo, coisas que eu faço mais bem feitas que ele, eu normalmente faço, sabe? (Alves e outras 1981:155).

Encontramos, assim, um discurso que racionalmente fala da participação do homem como algo desejável para solidificar as relações numa situação de troca e igualdade. No entanto, parece que essa situação se dá somente onde e quando a mulher o permite, assumindo ela um discurso de poder, de "expert" no assunto.

Entra nessa situação de divisão do trabalho doméstico toda a história da socialização da mulher, dos papéis aos quais é destinada; toda a socialização do homem, voltada para o mundo externo onde lhe cabem tarefas mais abstratas, mais "elevadas", ligadas à cultura. O doméstico provoca resistências, como um trabalho "menor" e fora de sua alçada. Esta divisão é tão "natural", está tão interiorizada por ambos os sexos, que só vem a ser discutida, quando todos seus encargos tornam-se muito onerosos à mulher.

A divisão do trabalho doméstico só corre o risco de ser questionada quando a mulher trabalha fora. Fundamentando a sua saída para a esfera pública há toda uma ideologia que fa-

la do trabalho como um fator de realização e condição de sua libertação. Na relação com o trabalho, a mulher tem, então, possibilidade de criar um espaço só seu, sem intermediários, prazeroso, sem tantas implicações afetivas como o papel de mãe e esposa. No entanto, esse prazer parece tornar-se fonte de culpas pois diminui o seu tempo de disponibilidade em casa, para os seus. Esse impasse é contornado pelo discurso da qualidade da relação. O tempo disponível com os filhos deve ser vivido de forma intensa, mesmo que em detrimento de afazeres particulares, surgindo daí uma questão relativa ao tipo de cobranças e exigências que mãe e filho vão se fazer a partir desses sentimentos de ausência, de culpa, de frustração de doação, etc.

Assim, o trabalho acaba sendo vivido como algo reativo, tendo como ponto de referência a atitude do homem que considera importante o trabalho de sua mulher para que ela não seja julgada alienada. Nesse contexto, a dupla jornada, aceita com a resignação de "destino", além da sua significação em cansaço, mostra também que, na realidade, os papéis não se modificaram. Na hierarquia doméstica dos sexos a mulher continua sendo a única responsável pelo doméstico. Dessa forma o trabalho fora do lar é somado às tarefas domésticas. Na realidade, são acrescentadas situações novas a um modelo velho de ser mulher.

A pesquisa de SANTOS (1982), com relação a mulher que trabalha fora, mostra que a atitude assumida perante os filhos passa da racionalização, bem dentro dos moldes masculinos, à negação e ocultamento dos conflitos que vive no papel de mãe e responsável pelo doméstico, como uma forma de ser aceita, procurando fazer com que a vida privada não interfira no trabalho: sendo

"profissional", com atitudes semelhantes ao homem.

Parece ser exatamente aí a brecha que a mulher não usa para tentar reverter a sua situação. Se por um lado, lhe dão como tarefa o cuidado com o filho, sem lhe proporcionar nenhuma infra-estrutura para tal, por outro lado, lhe exigem uma postura masculina, como se essa parte da sua vida não existisse enquanto trabalhadora. As cisões, os conflitos decorrentes não são considerados e a mulher se coloca na vida, carregada de culpas. Não se sente competente em nenhuma área: sente-se insuficiente como mãe, como esposa, como trabalhadora, conseqüentemente como mulher. Por outro lado parece ser uma insatisfação paralizante, na medida em que, concretamente, a mulher nada faz para reverter essa situação, pactuando com ela e mantendo-a através do silêncio. É nesse sentido que Rosiska Darcy de Oliveira, em recente palestra, coloca a necessidade de feminizar o mundo, de colocar para o mundo a existência das mulheres com seus problemas, suas partições, procurando, a partir daí, sair dessa compulsão buscando soluções mais satisfatórias.

A questão levantada diante dessa situação, não visa buscar a igualdade entre os sexos, negando-se as diferenças, mas buscar essa igualdade afirmando essas diferenças, sem hierarquizá-las ou valorá-las; vivendo-as como um fato real, necessário, assumindo-as e construindo a vida e a sociedade de forma a integrá-las, não fazendo delas instrumento de discriminação, de partição.

Frente a essas situações, fica difícil a conciliação entre profissão e família que é feita à custa de sacrifícios, no que diz respeito a uma visão mais integrada de si mesma, como

mulher. Enfrenta papéis opostos, contraditórios, segundo o lugar onde se encontra, vivendo um desgaste emocional grande, uma certa esquizofrenização que, provavelmente, interfere em suas relações, em sua produção, em sua satisfação com a vida. Decorrente dessas cisões há um grande número de mulheres rejeitando a maternidade que, sem dúvida, é o espaço de maior conflito em sua vida buscando realizar-se através da profissão.

O casamento, ainda, é uma instituição bastante valorizada pelo social, reforçando a exclusividade sexual que destina a mulher a um só homem, bem como o mito de sua pureza. Nesse contexto o adultério é punido tanto em nível de opinião pública como de penalidade legal, sendo às vezes motivo de crime nomeado juridicamente, "legítima defesa da honra", contra o qual se insurgem, veementemente, os movimentos feministas, alegando que a honra do homem não está na mulher. Essa situação caracteriza bem o sentimento social de posse da mulher pelo homem e da sua condição de não-sujeito no social.

Também a vivência sexual da mulher, é carregada de ambiguidades e descontinuidades. Ao mesmo tempo que, formalmente, se espera que a mulher se resguarde, sexualmente, antes do casamento, lhe é cobrado um desempenho sexual explêndido após o mesmo. Há toda uma construção nesse sentido, onde a mulher se vê obrigada a sentir prazer em cada relação ou considerar-se incompetente, sempre por sua falha, se tal não acontece.

Em meio a esses discursos, o feminismo seria um espaço de reflexão da mulher. No entanto, ele pode tornar-se uma faca de dois gumes, quando já tem delineado em suas propostas uma imagem de mulher, transformando-se em um outro dispositivo de controle

sobre a mulher, retirando-lhe a sua palavra, fazendo segundo MILAN (1984) a substituição de "uma mística por outra". Esse equívoco pode ser percebido, em determinadas correntes feministas, nas reivindicações de direitos iguais no mundo do trabalho, esforçando-se para que a mulher não tenha privilégios e não seja fragilizada como trabalhadora, negando mesmo as diferenças biológicas.

Penso que essa questão deve ser examinada mais profundamente. Se por um lado, o fato do trabalho da mulher tornar-se "especial", fragiliza-a como trabalhadora, equipará-la a um homem, negando suas "condições especiais" decorrentes da reprodução, também não traz modificações em nível de sociedade, de papéis. Mantêm-se as discriminações existentes, a duplicidade de mensagens dirigidas à mulher, levando-a a se definir profissionalmente como homem não se identificando com sua situação específica. É fundamental que sua condição de reprodutora seja reconhecida e considerada como um dado real e não se constitua em um fator de discriminação, permitindo que a mulher, na empresa, continue tendo a sua identidade de mulher. Os seus vários papéis devem ser integrados e não vividos como retaliações, como duplicidades acrescentadas a sua vida. As consequências decorrentes da realidade do ser mulher, precisam ser resgatadas no discurso feminista atual para que este não se transforme num mascarador da situação feminina, num dispositivo de controle e manutenção desse social opressor o qual diz repudiar.

Uma outra questão a ser repensada no movimento feminista é a sua referência ao social como a grande variável a ser mudada, não se mencionando as mudanças internas, em cada indivíduo

necessárias à própria transformação desse social, como se as mudanças se processassem de fora para dentro como uma doação e nesse caso, nunca se constituiriam em fatores provocadores de mudanças reais.

A própria legalização do aborto tem que ser pensada no contexto da América Latina. Aqui as mulheres, à margem da vida política, têm seu poder restrito à família e Igreja. Nesse caso, segundo ARIZPE (1980), o controle do corpo, através da limitação da natalidade e as críticas à família, levantadas pelo movimento feminista, poderiam estar militando contra a mulher, debilitando-a, ao invés de emancipá-la.

Algumas correntes feministas, também, têm uma concepção errônea de libertação da mulher como decorrente de mudanças de sociedade, tais como: divisão das tarefas do lar, aquisição de novos hábitos como beber, fumar, ter liberdade sexual, recusa de filhos, acesso a conhecimentos intelectuais, melhores posições no mercado de trabalho. Essa libertação da mulher, para MACHEL (1982) só se faz possível no engajamento político consciente, através do qual a mulher passa a perceber suas relações com a natureza e com a sociedade e questioná-las. Parece-me que esse é um processo longo, sendo vivido individualmente, e, nunca, doado por nenhum saber, por nenhum discurso.

As contradições colocadas à mulher nos seus diversos papéis e áreas de atuação são enormes e o discurso "psi" é mais um que vem acentuar essas contradições, com o agravante de grande aceitação na atualidade.

A situação da mulher, é de fragilidade, sentindo difi-

culdade em apossar-se de suas conquistas e resgatá-las como decorrentes de sua própria força e integração, vivendo-as como doação ou omissão do homem. Assim, qualquer mudança nesse estado de coisas deve passar pela recriação ou mesmo criação de uma identidade própria onde as relações entre os sexos sejam vistas e vividas como complementares, onde "força e fraqueza", "atividade e passividade", não definam masculino e feminino numa relação de oposição, mas numa relação de complementariedade dialética, fazendo parte da humanidade de cada um nos seus diversos momentos. As mudanças se fariam possíveis se homens e mulheres pudessem resgatar essa humanidade, mergulhando dentro de si mesmos, entrando em contato com suas contradições, ambiguidades e conflitos. Nessa elaboração surgiria um novo homem e uma nova mulher, com a consciência de que é necessário trabalhar, principalmente, por mudanças internas, conquistadas dentro do espaço, do ritmo, da história de cada indivíduo, sem padronização ou roupagens. As mudanças sociais seriam uma consequência.

Essa proposta seria uma nova construção?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca M. Moreira (e outras). Sexualidade e desconhecimento: a negação do saber. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG Fúlvia. *Vivência história sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 257-288.
- ALVES, Branca M. e PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ALVES, Branca Moreira (e outras). *Espelho de Vênus*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei. Em Nome da Mãe. In FRANCHETTO Bruna (e outras). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 3*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p. 111-145.
- ARAÚJO, Maria Ruth Souza Dantas de. *Feminilidade x participação social: a mulher em conflito*. Rio de Janeiro, 1982. 70p. Dissertação (mestrado Psicologia) PUC/RJ.
- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BAMBERGER, Joan. O Mito do Matriarcado: Porque os Homens Dominavam as Sociedades Primitivas? In ROSALDO M.Z. e LAMPHERE L., *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 233-254.

- BARROSO, Carmem. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. VI.
- BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a Submissão*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- BETTELHEIM, Bruno. *Diálogo com as mães*. Rio de Janeiro, Agir, 1977.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: - *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 9-22.
- CAMPOS, Flávia Sollero de. *Tarefa de mãe, tarefa de filho: valores e expectativas das mães de classe média, alta*. Rio de Janeiro, 1979. 96 p. Dissertação (mestrado Psicologia) PUC RJ.
- CARDOSO, Iredé. O mito de Sísifo. *Folhetim*. São Paulo, 13 de dezembro, 1981. p. 5.
- CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: Rosaldo M.Z. e LAMPHERE L. *A Mulher, A Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 65-94.

- CONSTANTI, Domingo. *Feliz Parto Natural*. São Paulo, TAO Livraria e Editora 1980.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CHIRIAC, Jany e PADILHA, Solange. Características e limites das organizações de base femininas. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. Brasiliense, 1982. p. 191-202.
- DOLTO, Françoise. *Psicanálise e Pediatria*. Rio de Janeiro, Zahar 1977.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Graal 1980.
- DOWLING, Colette. *Complexo de Cinderela*. São Paulo, Melhoramentos, 1983.
- DURHAM, Eunice, R. Família e Reprodução Humana. In: FRANCHETTO, Bruna (e outras), *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p. 15-44.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

ERICKSON, Erik, H. *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FRANCHETTO, Bruna (e outras). *Antropologia e Feminismo*. In: — *Perspectivas Antropológicas da mulher 1*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 11-47.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Universidade de Brasília, 1963.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1981.

GINOTT, Haim. *Pais e Filhos Novas Soluções para Velhos Problemas*. Rio de Janeiro. Bloch Editores, 1975.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.

HANNER, June E. *A mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 - 1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a Moral Sexual*. São Paulo, Global, 1978.

KOPCAK, Aparecida. *A mulher, alvo preferencial da violência*. *Folhetim*, São Paulo, 13 de dezembro 1981. p. 6.

LAFARGUE, Paul. A questão da mulher. In: — *A libertação da Mulher*. São Paulo, Global, 1979. p. 39-44.

LAMPHERE, Louise. Estratégias, Cooperação e Conflito entre as Mulheres em Grupos Domésticos. In: — *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 121-140.

LANGER, Marie. *Maternidade e Sexo*. Porto Alegre, Artes Médicas. 1981.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A dupla documentação sobre mulheres nos livros das viajantes (1800-1850). In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 195-226.

MACEDO, Rosa Maria S. de. A Mulher na Família. *Cadernos PUC - Educ.* Vol. 15 São Paulo, Cortez Editores. p. 103-117.

MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua continuidade, condições de seu triunfo. In: — *A libertação da Mulher*. São Paulo, Global, 1979 p. 13-36.

MALDONADO, Maria Tereza. *Comunicação entre pais e filhos. A linguagem do sentir*. Petrópolis, Vozes. 1983.

_____, Maria Tereza (e outras). *Nós estamos grávidos*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1979.

_____, Maria Tereza *Psicologia da gravidez*. Petrópolis, Vozes, 1976.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo, Perspectiva, 1969.

MILAN, Betty. *Isso é o país*. Rio de Janeiro, Aoutra Editora, 1984.

MORAES, Maria Quartim de. A "nova" moral sexual das revistas femininas. In: MANTEGA Guido. *Sexo e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 69-83.

NETO, Maria Inácia d'Avila. *O Autoritarismo e a Mulher o jogo da Dominação Macho-Fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1980.

ORTNER, Sherry B. Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? In: ROSALDO M.Z. e LAMPHERE L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

PASSOS, Maria Consuelo. *A sexualidade feminina na teoria de Freud uma discussão dos determinismos biológico e cultural*. Rio de Janeiro, 1980. 85 p. Dissertação (mestrado Psicologia) PUC/RJ

PRADO, Danda. *Ser esposa a mais antiga profissão*. São Paulo, Brasileira, 1979.

PRADO, Rosane Manhães. Um Ideal de Mulher: Estudo dos romances de M. Delly. In FRANCHETTO, Bruna (e outras), *Perspectivas Antropológicas da Mulher 2*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 75-112.

RIBEIRO, Maria Lucia Barreira. *Complexo de Édipo Feminino*. Rio de Janeiro, 1980. 118 p. Dissertação (mestrado Psicologia PUC/RJ)

ROSALDO MICHELLE Z. e LAMPHERE L. A mulher, a cultura e a Sociedade: Uma Revisão Teórica. In: ———— *A Mulher, A Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 p. 33-64.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: A mulher, a organização da Produção e a Propriedade Privada. In: ROSALDO M.Z. e LAMPHERE L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 185-206.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____, *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.

SALEM, Tania. *O ideário do "Parto sem dor": uma leitura antropológica*. Boletim do Museu Nacional, nº 40, Rio de Janeiro, Agosto de 1983.

- _____, *O velho e o Novo Um estudo de papéis e conflitos familiares*, Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____, *Mulheres Faveladas: "Com a venda nos olhos"*. In FRANCHETTO, Bruna (e outras). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1* Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 51-99.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Selene S. C. Herculano dos. *A mulher de formação universitária em algumas empresas estatais*. In BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 23-65.
- SARTI, Cyntia e MORAES, Maria Q. *Ai a porca torce o rabo*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 19-57.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O divórcio na Capitania de São Paulo*. In: BRUSCHINI; Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 151-194.
- SILVA, Telma Camargo da. *A especificidade da argumentação feminina face às determinantes culturais*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.93-119.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência história; sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980 p. 121-150.

SOIFER, Raquel. *Psicologia da Gravidez, Parto e Puerpêreo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1980.

SPITZ, René A. *El primer año de vida del niño*. Madrid, Aguilar, 1973.

VAN USSEL, Jos. *Repressão Sexual*. Rio de Janeiro. Campus, 1980

WINICOTT, D.W. *A criança e seu Mundo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

_____ *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975.

_____ *Textos seleccionados: Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1978.

WOLF, Margery. Mulheres Chinesas: Antigos costumes em Novo contexto. In: ROSALDO M.Z. e LAMPHERE.. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 163-183.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ,
fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:

Marjorie Ru Amélia Augusto

(professor Orientador)

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - PUC/RJ

Carolina D. Veio Coutinho

(professor)

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - PUC/RJ

Carolina Bianco Clementino

(professor)

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - PUC/RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro,

V. M. Candau

Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas